



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Isa Caroline Aguiar Zanin

**O processo de Organização Tópica em cartas de redatores
de jornais paulistas do século XIX**

São José do Rio Preto
2018

Isa Caroline Aguiar Zanin

O processo de Organização Tópica em cartas de redatores de jornais paulistas do século XIX

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Penhavel

São José do Rio Preto
2018

Zanin, Isa Caroline Aguiar.

O processo de organização tópica em cartas de redatores de jornais paulistas do século XIX / Isa Caroline Aguiar Zanin. -- São José do Rio Preto, 2018

96 f. : il., tabs.

Orientador: Eduardo Penhavel de Souza

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

1. Língua Portuguesa - História. 2. Jornais. -- São Paulo -- Século XIX. 3. Escrita. I. Título

CDU – 07(81)

Isa Caroline Aguiar Zanin

**O processo de Organização Tópica em cartas de redatores
de jornais paulistas do século XIX**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Eduardo Penhavel
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientador

Prof. Dr. Michel Gustavo Fontes
UFMS – Câmpus de Três Lagoas

Prof^a. Dr^a. Anna Flora Brunelli
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
31 de agosto de 2018

Àqueles que sempre estiveram e estarão ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que foram os verdadeiros precursores deste projeto, e que sempre me incentivaram, estiveram ao meu lado e se abdicaram para que eu pudesse viver meus sonhos.

Aos meus irmãos, que sempre fizeram minha jornada mais divertida e leve.

Ao meu orientador, que sempre foi muito solícito, paciente com as minhas dificuldades e me acolheu com ternura.

Ao Ibilce, que sempre esteve de portas abertas e me proporcionou imenso aprendizado, alegrias, encontros felizes e acima de tudo crescimento.

Aos meus amigos, que me iluminaram com seus sorrisos e compreensão nesse período de grandes desafios.

“Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine.
[...] Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três, mas o maior destes é o amor.”

(Coríntios 13:13)

Resumo

O presente trabalho é parte de um projeto maior, intitulado “Projeto de História do Português Paulista” (ALMEIDA, 2006), também conhecido como Projeto Caipira, que estuda diferentes aspectos da história do português utilizado no estado de São Paulo, dentre eles a evolução de processos de construção textual, como a organização tópica. Nesse contexto, o objetivo do trabalho é analisar o processo de organização tópica de cartas de redatores de jornais paulistas do século XIX. Os dois níveis de constituição desse processo são analisados: a organização intertópica, que consiste na combinação entre Segmentos Tópicos (SegTs) mínimos; e a organização intratópica, que é a estruturação interna de SegTs mínimos. O quadro teórico-metodológico é constituído por uma integração entre a Perspectiva Textual-Interativa (JUBRAN; KOCH, 2006) e a Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969). As cartas de redatores analisadas são extraídas de Barbosa e Lopes (2002), que, como parte do material usado pelo Projeto Caipira, reúnem cartas de redatores e cartas de leitores publicadas em diferentes jornais do estado de São Paulo durante o século XIX. O resultado do trabalho mostra que as cartas estudadas se caracterizam, no nível da organização intertópica, pela propriedade da unicidade intertópica, isto é, cada carta, via de regra, desenvolve um único tópico discursivo. No nível da organização intratópica, as cartas de redatores apresentam uma regra geral, que consiste na construção de uma unidade de Elaboração Tópica (na qual o redator dirige uma mensagem aos leitores/assinantes), a qual pode ser antecedida por uma unidade de Contextualização Tópica (que introduz o tópico da carta) e/ou seguida por uma unidade de Expansão Tópica (em que se discute a mensagem dirigida aos leitores/assinantes). Os resultados mostram também que, para distinguir uma unidade intratópica da outra, as cartas lançam mão de um mecanismo que envolve o uso de diferentes tipos de atos de fala em diferentes unidades. Além disso, as unidades se diferenciam umas das outras em termos da presença/ausência de verbos performativos.

Palavras-chave: organização tópica, processos de construção textual, carta de redator, tópico discursivo.

Abstract

This thesis is part of a broader research project named “Projeto de História do Português Paulista” (Almeida, 2006), also known as “Projeto Caipira”, which has studied different aspects of the history of Portuguese spoken in the State of São Paulo, Brazil. One of these aspects is the evolution of a set of text construction processes, including the process of topic organization. In this way, the purpose of this thesis is to analyze the topic organization process in editor’s letters published in newspapers of the State of São Paulo during de 19th century. Both levels of such process are analyzed: intertopic organization, which is the combination of minimal Topic Segments (SegTs); intratopic organization, which is the internal organization of minimal SegTs. The theoretical framework consists in an articulation between Textual-Interactive Grammar (Jubran and Koch, 2006) and Speech Act Theory (Austin, 1962; Searle, 1969). The editor’s letters analyzed are selected from Barbosa and Lopes (2002). These authors, as part of Projeto Caipira, have provided a set of editor’s letters and reader’s letters published in different newspapers of São Paulo during the 19th century. The results show that the letters under consideration are characterized, at the intertopic level, by intertopic unicity, that is, each letter normally has a single topic. At the intratopic level, the letters follow a general rule, which predicts the construction of a unit called *Topic Elaboration* (through which the editor directs a message to readers/subscribers); according to the rule, this unit may be preceded by a unit called *Topic Contextualization* (which presents the topic of the letter) and/or it may be followed by a unit named *Topic Expansion* (where the editor discusses the message elaborated before). The data also show that, as a mechanism to distinguish intratopic units, the letters use different types of speech acts in different units. In addition, these units are differentiated to each other based on the presence/absence of performative verbs.

Keywords: topic organization, text construction processes, editor’s letters, discourse topic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Capítulo I: Fundamentos teóricos e empíricos	14
1.1 A Perspectiva Textual-Interativa	14
1.2 O processo de Organização Tópica	17
1.2.1 A organização intertópica	18
1.2.2 A organização intratópica	21
1.3 A Teoria dos Atos de Fala	30
1.4 O gênero carta de redator	39
Capítulo II: Análise de dados	49
2.1 Metodologia	49
2.2 Organização intertópica em cartas de redatores	51
2.3 Organização intratópica em cartas de redatores	57
2.3.1 Regra geral de organização intratópica	58
2.3.2 Mecanismo de distinção entre unidades de organização intratópica	70
2.4 Hipótese sobre a diacronia de cartas de redatores	84
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado filiou-se, durante seu desenvolvimento, a um projeto temático financiado pela FAPESP, recentemente concluído, nomeado “Projeto de História do Português Paulista II” (“Projeto Caipira II”; Processo FAPESP n. 11/51787-5), o qual teve por objetivo estudar a história da língua portuguesa no estado de São Paulo. No interior desse projeto temático, desenvolveu-se um subprojeto coletivo chamado “Processos de construção textual: uma abordagem diacrônica”, que, adotando o quadro teórico-metodológico da Perspectiva Textual-Interativa (PTI – JUBRAN; KOCH, 2006), investigou a diacronia dos processos de construção textual distinguidos por essa abordagem.

Esse subprojeto acerca de processos de construção textual incluiu um projeto de pesquisa mais específico que estudou a diacronia do processo de Organização Tópica em diferentes gêneros textuais. Foi, então, particularmente dentro desse projeto que nossa pesquisa de mestrado se inseriu. Investigamos a Organização Tópica em um gênero textual contemplado pelo Projeto Caipira II – carta de redator – em um período histórico específico – século XIX –, selecionando cartas de redatores de jornais paulistas dessa época.

Conforme explicaremos mais detalhadamente adiante, a Organização Tópica consiste na organização do texto em partes e subpartes, as quais são chamadas de “Segmentos Tópicos” (SegTs), sendo as menores subpartes chamadas de “SegTs mínimos”. Desse modo, a Organização Tópica compreende dois níveis de funcionamento: (i) a articulação entre SegTs mínimos – processo denominado de “organização intertópica”; (ii) a articulação de (grupos de) enunciados dentro de SegTs mínimos – processo chamado de “organização intratópica”. O presente trabalho contempla esses dois níveis da Organização Tópica.

No caso da organização intertópica, vem sendo considerado na PTI (cf.

PENHAVEL; GUERRA, 2016) que diferentes gêneros textuais se diferenciam entre si (dentre outros aspectos, naturalmente) no que diz respeito à complexidade intertópica, isto é, à divisão do texto em mais de um SegT mínimo. As particularidades de cada gênero residem na ausência ou presença de complexidade intertópica e, no caso de sua existência, no grau e no modo de funcionamento dessa complexidade.

Nesse contexto, o primeiro objetivo desta dissertação de mestrado é analisar como as cartas de redatores paulistas oitocentistas se comportam em termos de complexidade intertópica, ou seja, analisar se cada carta apresenta, via de regra, apenas um tópico discursivo (manifestando, assim, a propriedade da *unicidade intertópica*, isto é, a ausência de complexidade intertópica) ou se apresenta mais de um tópico (no caso de conter mais de um tópico, esse objetivo incluiria analisar o grau de complexidade da relação entre os tópicos).

A esse respeito, a hipótese que orientou nossa pesquisa foi a de que essas cartas apresentariam a propriedade da unicidade intertópica. Adotamos tal hipótese porque, a partir de uma análise inicial, percebemos que essas cartas assemelham-se, em extensão, finalidade e outros aspectos, a cartas de leitores oitocentistas e mesmo a cartas de leitores atuais, e tendo em vista que, segundo Guerra (2016) e Oliveira (2016), as cartas de leitores desses dois períodos também se caracterizam pela unicidade intertópica. No decorrer desta dissertação, iremos mostrar que, de fato, essa hipótese confirmou-se.

Quanto ao processo de organização intratópica, vários trabalhos (cf. PENHAVEL, 2010; GUERRA; PENHAVEL, 2010; OLIVEIRA, 2016) vêm mostrando que se trata de um processo sistemático, descritível por meio de regras gerais de funcionamento. Também aqui, assume-se que cada gênero textual particulariza-se (dentre outros traços) por manifestar um determinado padrão, isto é, uma regra geral, de organização intratópica.

Esta dissertação de mestrado compreende, então, um segundo objetivo, que é analisar se as cartas de redatores oitocentistas manifestariam alguma regra geral de

organização intratópica e, em caso afirmativo, descrever essa(s) regra(s). A hipótese que guiou nossa pesquisa quanto a esse objetivo foi a de que, a exemplo do que vem sendo identificado em outros gêneros textuais, essas cartas apresentariam, sim, regularidade de organização intratópica, exibindo um (ou mais de um) padrão de organização intratópica. No decorrer desta dissertação, tentaremos demonstrar, corroborando a hipótese assumida, que as cartas de redatores estudadas manifestam, sim, uma regra geral de organização intratópica, a qual prevê o encadeamento potencial de três unidades intratópicas, uma essencial e duas opcionais.

A título de uma ilustração inicial, apresentamos abaixo algumas cartas de redatores de nosso *corpus*, que serão, inclusive, retomadas adiante no capítulo de análise, para que o leitor possa, desde já, ter contato com o objeto de nossa pesquisa:

- (1) Aviso || As assignaturas para o Farol Paulistano, e a venda do mesmo, farse hão d'ora em diante na mesma casa, onde trabalha a typographia, rua de São José número 33 e ahi acharão os Senhores que quizerem subscrever ou tractar de qualquer objecto relativo a esta folha, as pessoas que estão para isso autorisadas. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 405, Farol Paulistano, 25/04/1827).
- (2) Pàra em nosso poder uma correspondencia, cujo illustre Autor se intitula = Inimigo de quem ralha... ... = que não inserimos por não vir com os requisitos precisos para nos desligarem de toda a responsabilidade, e por outros motivos que de viva voz estamos prompts a communicar, a quem vier recebêl a de nossa mão. Por occasião d'isto prevenimos a todos os Senhores, que se dignarem dirigir-nos suas correspondencias, e que não forem particularmente de nós conhecidos, que fação reconhecer as suas assignaturas, ou no mesmo papel que contiver a correspondencia, ou em outros avulso. || O Redactor. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 404, Farol Paulistano, 25/04/1827).
- (3) Pedimos aos nossos benignos leitores desculpa de algunmas incorrecções que tem apparecido nesta folha. D'ora em diante haverá todo cuidado em corrigir os artigos que tiverem de ser publicados. Uma folha diaria, como a nossa, accarreta immenso trabalho em seu começo, e para superal- o escapão muitas imperfeições, que só o habito e o tempo as irá fazendo desaparecer. || São Paulo – 1854 – Typographia IMPARCIAL de Marques & Irmão (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 486, Correio Paulistano, 07/07/1854).

Como se pode notar, trata-se de textos, em geral, relativamente curtos, se comparados, por exemplo, a editoriais atualmente publicados em jornais. Como uma breve caracterização de partida, pode-se dizer que são textos em que o redator dirige aos leitores/assinantes mensagens relativas ao funcionamento do jornal, por vezes discutindo

essas mensagens. Nosso trabalho aqui será, como definido acima, analisar a organização inter e intratópica dessas cartas de redatores oitocentistas.

Acreditamos que este trabalho encontra justificativa e relevância, tanto no âmbito do Projeto Caipira II, quanto no que diz respeito à PTI e, particularmente, aos estudos sobre organização tópica. No que tange ao Projeto Caipira II, nossa pesquisa e a presente dissertação dela resultante foram responsáveis por desenvolver uma parte do referido projeto, contribuindo para uma descrição o mais completa possível da história do português paulista.

Como mencionado, o subprojeto responsável pelo estudo da história de processos de construção textual contemplou a análise do processo de Organização Tópica em diferentes gêneros e em diferentes sincronias. Assim, o presente trabalho, ao analisar um gênero específico, em uma sincronia específica – cartas de redatores do século XIX –, contribui para a construção de um todo de descrição linguística. A descrição aqui propiciada contribui não só para a análise de cartas de redatores oitocentistas em si, mas também fornece material para a comparação das cartas desse período com cartas (ou outro gênero) de outros períodos, seja no âmbito do próprio Projeto Caipira II, seja no caso de novas pesquisas que venham a ser desenvolvidas, como continuação desse projeto temático ou como pesquisas independentes que venham a ser desenvolvidas nessa linha.

A vinculação deste trabalho a um projeto maior é também satisfatória na medida em que representa todo um conjunto de trabalhos, integrados entre si, dentro do qual esta dissertação encontra-se devidamente situada. Isso significa que a presente dissertação não constitui um trabalho isolado, mas sim uma parte de um todo, cuja relevância científica é muito maior, de muito mais alcance. Assim, a complementariedade intrínseca entre nosso trabalho e o Projeto Caipira pode contribuir para ampliar a relevância desse projeto maior, assim como esse projeto maior também potencializa os

resultados do nosso trabalho, fazendo com que seja possível notar e pensar de forma mais contextualizada e ampla o que eles significam.

No que tange à PTI e aos estudos sobre Organização Tópica, nosso trabalho, particularmente quanto à organização intratópica, encontra relevância na medida em que pode contribuir para a reflexão sobre a pertinência da hipótese formulada inicialmente em Penhavel (2010) a respeito da sistematicidade do processo de organização intratópica. Esse autor, identifica que esse nível de organização tópica é sistemático no gênero relato de opinião, uma vez que, segundo sua pesquisa, foi possível depreender uma regra geral de organização intratópica nesse gênero. A partir disso, o autor formulou a hipótese de que a organização intratópica seria um processo sistemático, não só no gênero que estudou, mas em todos os gêneros. Segundo essa visão, cada gênero manifestaria uma regra geral de organização intratópica. O autor propôs, então, o desenvolvimento de um programa de pesquisas com vários gêneros diferentes, para testar a sistematicidade da organização intratópica.

A presente dissertação insere-se também no âmbito desse programa de pesquisa voltado para avaliar essa hipótese, avaliação que, como mencionado acima, vem sendo realizada também por outros trabalhos. A relevância desse programa reside no fato de que a confirmação da referida hipótese seria a evidência da existência de uma unidade de análise de natureza textual que seria sistemática, regular, descritível em termos de regras ou princípios gerais, tendo em vista o reconhecimento mais comum de que unidades linguísticas sistemáticas seriam típicas (senão exclusivas) dos níveis do chamado *núcleo duro* da Linguística (fonologia, morfologia e sintaxe).

É, enfim, nesse contexto, que congrega a colaboração com o Projeto Caipira II e com os estudos da PTI sobre organização intratópica, que a presente dissertação está inserida.

Capítulo I

Fundamentos teóricos e empíricos

Neste capítulo, sintetizamos os fundamentos teóricos e empíricos do nosso trabalho. O capítulo encontra-se organizado da seguinte forma: em 1.1, apresentamos os principais pressupostos teóricos da PTI, abordagem na qual o trabalho se insere; em 1.2, definimos a Organização Tópica, processo de construção textual aqui estudado; na seção 1.3, expomos uma síntese da Teoria dos Atos de Fala, uma vez que, conforme defenderemos, a organização intratópica das cartas de redatores está estruturada em unidades que, em grande medida, diferenciam-se entre si mediante o uso de diferentes tipos de atos de fala e mediante a presença/ausência de verbos performativos, conceitos desenvolvidos por essa teoria; finalmente, em 1.4, resenhamos o trabalho de outro autor – Silva (2011) – sobre cartas de redatores oitocentistas, gênero aqui analisado, reunindo principalmente algumas observações relevantes para nosso trabalho.

1.1. A Perspectiva Textual-Interativa

A PTI, abordagem teórica em que este trabalho se insere, caracteriza-se por ser o resultado de princípios teórico-metodológicos da Linguística Textual (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981; HEINEMANN; VIEHWEGER, 1991; KOCH, 2004), da Pragmática (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969) e da Análise da Conversação (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974). Conforme explica Jubran (2006), a Linguística Textual fornece à PTI subsídios para a configuração da concepção de texto, que é tomado justamente como o objeto de estudo da PTI, a Pragmática fundamenta principalmente a concepção de linguagem,

entendida como uma forma de ação social, e a Análise da Conversação orienta questões específicas ligadas ao funcionamento da língua falada.

Como sistematiza Koch (2004), os estudos do texto apresentam três principais fases em sua trajetória. Numa primeira fase, entre meados da década de 1960 e meados da década de 1970, adotava-se a visão de texto como unidade linguística hierarquicamente mais alta, superior à sentença, predominando a tendência de se estender métodos de análises frasais à análise textual, almejando-se a elaboração de gramáticas do texto à semelhança de gramáticas da frase. A partir de meados da década de 1970 e a partir da década de 1980, os estudos do texto passaram a assumir orientação, respectivamente, pragmática e cognitivista. A PTI constitui uma abordagem que se afasta completamente da primeira fase de desenvolvimento dos estudos do texto, alinhando-se à fase pragmática (principalmente) e à cognitivista.

Com base, então, numa orientação essencialmente pragmática, o pressuposto teórico fundamental da PTI no estudo do texto, segundo Jubran (2007), é a concepção de linguagem como uma forma de ação, uma ação verbal, pela qual os interlocutores realizam tarefas comunicativas de troca de representações, executam metas, manipulam interesses, no contexto de um espaço discursivo sempre orientado para os parceiros da comunicação, isto é, num contexto que engloba o modo como os interlocutores se situam reciprocamente, em função de suas representações mútuas sobre papéis sociais e discursivos, conhecimento partilhado de mundo, atitudes, propósitos e reações assumidas no intercâmbio comunicativo.

De acordo com a autora, no âmbito dessa concepção de língua, um primeiro princípio teórico-metodológico norteador da PTI é o de que os fatos nela considerados têm suas propriedades e funções definidas no uso, nas situações concretas de interlocução, coenvolvendo as circunstâncias enunciativas. Conforme observam Penhavel e Guerra (2016), no mesmo sentido desse princípio, e com base na mesma concepção de língua, na PTI

também vem sendo assumido o pressuposto de que os processos de construção textual, em grande medida, são determinados pela finalidade sociocomunicativa do gênero textual em que ocorrem, isto é, estão vinculados às finalidades dos gêneros, já que estes congregam as ações particulares realizadas por meio de textos. Assim, esclarecem os autores, na PTI os processos de construção textual são estudados no contexto de algum gênero textual particular – exatamente como fazemos em nossa pesquisa, ao trabalharmos especificamente com cartas de redatores.

A concepção de língua como interação social fundamenta ainda outro princípio central na PTI, o de que os fatores interacionais envolvidos no intercâmbio verbal são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística. Considera-se que as condições enunciativas que sustentam a ação verbal mostram-se no próprio texto, por meio das escolhas comunicativamente adequadas à situação interativa. Entende-se que, enquanto realização efetiva da atividade interacional, o texto emerge de um jogo de atuação comunicativa, que se projeta e se manifesta na superfície textual (JUBRAN, 2007).

Esse princípio desempenha um papel essencial na PTI, por sustentar a admissão e a identificação de sistematicidade no processo de construção textual. De acordo com Jubran (2007), uma vez que a atividade enunciativa projeta-se no próprio texto, torna-se possível identificar regularidades no processamento de estruturas textuais. Para ela:

A PTI deve [...] apontar regularidades relacionadas ao processamento dos procedimentos de elaboração do texto, aferindo o caráter sistemático deles pela sua recorrência em contextos definidos, pelas marcas formais que os caracterizam e pelo preenchimento de funções textual-interativas proeminentes que os especificam (JUBRAN, 2007, p. 316).

Em nossa pesquisa de mestrado, ao investigarmos regularidades no processo de Organização Tópica, estamos nos fundamentando, sobretudo, em pressupostos como este sintetizado por Jubran (2007).

Com base, então, principalmente nos fundamentos acima resumidos, a PTI assume o texto como objeto de estudo, especializando-se na análise de *processos de construção textual*, dentre eles a Organização Tópica.¹

1.2. O processo de Organização Tópica

A Organização Tópica é definida como o processo de construção e articulação hierárquica e sequencial de grupos de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de conjuntos de referentes concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto (cf. JUBRAN, 2006). Como adiantado acima, os grupos de enunciados construídos nesse processo constituem os chamados “Segmentos Tópicos” (SegTs), sendo os menores desses grupos tratados como “SegTs mínimos”, o que leva à distinção entre os dois níveis de análise desse processo, a organização intertópica e a intratópica.

Nas duas seções seguintes, tratamos desses dois planos. Antes, porém, cabe esclarecer que, nos estudos sobre Organização Tópica, o termo “tópico discursivo” (ou simplesmente “tópico”) pode ser considerado como o tema (ou assunto) – de um texto ou de uma parte de um texto – interacionalmente construído pelos interlocutores na situação específica de construção textual. Assim, a ideia de Organização Tópica pode ser entendida, de modo simplificado, como a estruturação temática de um texto, mas tendo em vista a ideia de “tema” não como algo preexistente ao texto, e sim como algo especificamente estabelecido em cada situação concreta de interlocução, contextualmente situada.

¹ Os demais processos estudados são: Referenciação, Repetição, Correção, Parafraseamento, Parentetização, Tematização-Rematização e Marcação Discursiva (uso de Marcadores Discursivos).

1.2.1. A organização intertópica

A organização intertópica é caracterizada por duas propriedades, a *centração* e a *organicidade*. A primeira prediz a organização do texto mediante a construção de grupos de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de conjuntos de referentes concernentes entre si e em relevância em determinados pontos do texto. Essa propriedade abrange, assim, três traços particularizadores:

Concernência: relação de interdependência semântica entre os enunciados de um segmento textual – implicativa, associativa, exemplificativa, ou de outra ordem –, pela qual se dá a integração desses enunciados em um conjunto específico de referentes (objetos-de-discurso);

Relevância: proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos;

Pontualização: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento do texto falado. (JUBRAN, 2006, p. 92).

Já a propriedade da organicidade prevê a organização textual em dois planos: o hierárquico e o sequencial. Conforme sintetizam Penhavel e Guerra (2016), com base em Jubran (2006), o primeiro consiste na instauração, no texto, de relações de dependência de superordenação e subordinação entre tópicos discursivos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto. Trata-se da possível divisão do tópico global de um texto em tópicos mais específicos, da possível divisão destes em outros ainda mais específicos, e assim sucessivamente, até o alcance dos tópicos mais específicos, que são materializados, então, nos chamados “SegTs mínimos”.

A figura 1 ilustra o processo de hierarquização tópica:

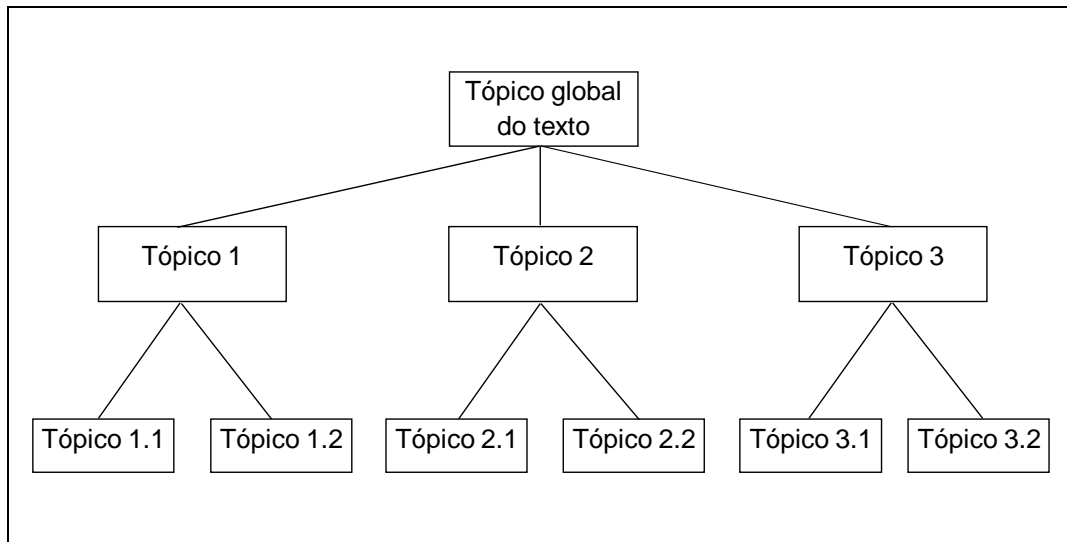


Figura 1: Exemplo de hierarquização tópica

Na situação representada na figura, que ilustra uma possibilidade de hierarquização tópica de um texto, pode-se ver que o texto teria um tópico global, o que se subdivide em outros três tópicos mais específicos (tópicos 1, 2 e 3), cada um dos quais se subdivide em outros dois ainda mais específicos, que seriam, no caso, os tópicos mais particulares do texto.

Esse esquema representa a hierarquia abstrata dos tópicos que são abordados no texto. Cada tópico representado no esquema (tópico global, tópico 1, tópico 1.1 etc.) é desenvolvido, materializado, em um trecho contínuo do texto. Cada trecho que desenvolve um tópico é chamado de “Segmento Tópico” (SegT). Por exemplo, o trecho contínuo do texto que desenvolve o tópico 1 (digamos, hipoteticamente, da linha 1 à linha 20) constitui um SegT; o trecho do texto que desenvolve o tópico 2 (digamos, da linha 21 à linha 40) constitui também um SegT e assim por diante.

Os menores SegTs do texto, isto é, os SegTs que desenvolvem os tópicos mais específicos, constituem os chamados “SegTs mínimos”. Na figura 1, os SegTs mínimos seriam cada um dos trechos contínuos do texto que desenvolve um dos seis tópicos mais específicos da figura, por exemplo, hipoteticamente, o trecho das linhas 1 a 10, que

desenvolveria o tópico 1.1.

Apenas a título de esclarecimento, pode-se dizer, de modo simplificado, que um SegT mínimo, em geral, corresponde a um trecho constituído por um, dois, três parágrafos, no caso de um gênero textual como o editorial de jornal (cf. GARCIA, 2017). Em dissertações escolares, por exemplo, constituídas normalmente por 4 ou 5 parágrafos, cada parágrafo tende a formar um SegT mínimo (cf. VALLI, 2017).

Esse sistema de dependência de super e subordenação entre tópicos, em termos de abrangência temática, constitui o plano de organização intertópica hierárquica. Já o plano sequencial de organização intertópica é a organização do texto em termos de adjacências e interposições entre SegT mínimos na linearização textual.

Jubran (2006) distingue duas principais formas de linearização tópica: (i) continuidade tópica, (ii) descontinuidade tópica. A continuidade é o processo pelo qual um novo SegT mínimo é introduzido após o desenvolvimento completo do SegT mínimo anterior. Nesse caso, a abertura de um novo SegT ocorre somente após o fechamento do SegT que o precede, isto é, o novo SegT é introduzido apenas no momento em que os interlocutores registram, de alguma forma, uma finalização do SegT precedente no que diz respeito a seu desenvolvimento temático.

A descontinuidade ocorre quando há algum tipo de interrupção no sequenciamento de um tópico em curso, isto é, quando a continuidade temática do texto é interrompida. São distinguidas três formas de descontinuidade: (i) ruptura tópica; (ii) cisão tópica; (iii) expansão tópica.

A ruptura tópica ocorre quando um tópico é introduzido, mas não chega realmente a se desenvolver e constituir um SegT mínimo, porque outro tópico é introduzido, interrompendo o anterior. Nesse caso, o tópico que sofre a ruptura, ou seja, aquele que não chega a se desenvolver, não volta a aparecer no texto.

A cisão tópica consiste na separação de um SegT mínimo em partes, de modo que suas partes não estejam organizadas de forma adjacente na linearidade do texto. Ou seja, o SegT mínimo é desenvolvido de forma descontínua. São distinguidas duas formas de cisão: (i) inserção tópica; (ii) alternância tópica. A inserção caracteriza-se pela divisão de um SegT mínimo em partes não-contíguas segundo um esquema $A B A$, em que um SegT mínimo A é interrompido por um SegT mínimo B e, após o desenvolvimento completo de B , A volta a ser desenvolvido e concluído. Ou seja, ocorre a inserção de um SegT no interior de outro. Já a alternância caracteriza-se por uma espécie de revezamento entre SegTs mínimos, segundo um esquema $A B A B$. Nesse caso, um SegT mínimo A é interrompido por um SegT B , posteriormente A é retomado, interrompe B e é concluído, e por fim B é também retomado e concluído. Há, assim, uma interpolação entre dois SegTs mínimos.

A expansão tópica ocorre quando alguns dados anunciados de passagem em determinado ponto do texto são, mais tardiamente, focalizados e desenvolvidos de modo a constituir um SegT mínimo. Nesse caso, verifica-se descontinuidade entre a primeira menção a esses dados e seu desenvolvimento posterior na forma de um SegT mínimo.

Enfim, a organização intertópica linear juntamente com a hierárquica são os dois planos integrantes da propriedade da organicidade tópica, a qual se integra à propriedade da contração tópica, as quais, conjuntamente, caracterizam o processo de organização intertópica. Já a estruturação interna de cada SegT mínimo constitui o processo de organização intratópica, assunto da próxima seção.

1.2.2. A organização intratópica

Quanto ao nível da organização intratópica, alguns trabalhos, como afirmado acima, vêm mostrando que cada gênero textual se caracteriza por apresentar uma determinada regra geral – cf. Penhavel e Diniz (2014) e Oliveira (2016) para cartas de leitores, Souza (2015) para

mini-sagas narrativas, Penhavel (2017) para narrativas de experiência e descrições de local.

O principal trabalho sobre o processo de organização intratópica é o de Penhavel (2010) que, por primeiro, identifica, a partir da análise do gênero relato de opinião, a natureza estruturalmente sistemática desse processo, chamando a atenção para esse fenômeno e propondo um programa de estudo dedicado ao levantamento das regras gerais de organização intratópica utilizadas pelos falantes nos mais variados gêneros textuais.

De acordo com o autor, no gênero relato de opinião, os falantes estruturam os SegTs mínimos com base em uma variação entre grupos de enunciados que constroem referências centrais e grupos de enunciados que constroem referências subsidiárias em relação à ideia nuclear do SegT. Em outras palavras, o processo de estruturação interna de SegTs mínimos, nesse gênero, é norteado pela relação (ou princípio) *central-subsidiário*. O autor também denomina os grupos centrais de enunciados de *posição* e os grupos subsidiários, de *suporte*. Assim, define também que, no gênero em foco, a estruturação do SegT mínimo está fundamentada na relação (ou princípio) *posição-suporte*.

O SegT mínimo em (4) abaixo ilustra esse esquema de organização tópica.

(4)	então eu acho que <u>nossa cidade é uma das cidades boa</u> né	1
	porque nossa população é grande... e ainda tem os de fora também que (estuda) aqui	2
	né... porque cê vê (doc.: sei) quantos e quantos que vem de LONGE... cê vai no	3
	Hospital de Base lá cê fala –“ não eu num tô ”–... de tanta ambulância que você vê de	4
	cidades de fora né...	5
	então eu acho que <u>nossa cidade é uma cidade boa</u> né...	6
	contentar todo mundo eu acho que o prefeito num vai contentar mesmo (doc.: num tem	7
	como né)... num tem como... ninguém vai contentar né...	8
	mas eu acho <u>uma cidade muito boa</u> e gosto daqui...	9
	inclusive num tenho vontade de mudar daqui não (doc.:é isso é verdade) vou morrer aqui	10
	mesmo tá(inint.) (IBORUNA: AC-132; RO: L.411-419)	11

Tendo em vista a propriedade da centração tópica, o tópico do SegT em (4),

segundo o autor, pode ser sintetizado como *Nossa cidade é uma cidade boa*. Os enunciados nas linhas 1, 6 e 9 expressam esse tópico de forma direta. Já os grupos de enunciados nas linhas 2-5, 7-8 e 10-11 abordam, cada um de uma forma particular, três ideias específicas que desenvolvem o tópico central *Nossa cidade é uma cidade boa*. Nas linhas 2-5, os enunciados veiculam a ideia de que a cidade é boa porque a população é grande e porque recebe, ainda, pessoas de outras cidades. Nas linhas 7-8, os enunciados são formulados a respeito do prefeito; afirma-se que a cidade é boa apesar de nem todos estarem satisfeitos com o prefeito, uma vez que seria normal tal insatisfação. Finalmente, nas linhas 10-11, os enunciados desenvolvem a ideia de que a interlocutora planeja não se mudar da cidade, o que seria apresentado como evidência da qualidade da cidade.

Assim, pode-se ver aí uma alternância entre grupos de enunciados que constroem referências centrais e grupos que constroem referências subsidiárias relativamente ao tópico do SegT. É esse tipo de alternância que constitui a relação *central-subsidiário*, ou *posição-suporte*. Nesse sentido, os enunciados nas linhas 1, 6 e 9 constituem três unidades de *posição*. São grupos de enunciados que sintetizam o tópico do SegT, que o expressam mais diretamente, que estabelecem mais explicitamente o tópico. Já os demais grupos de enunciados constituem três *suportes*, isto é, grupos de enunciados que desenvolvem aspectos mais específicos do tópico.

O SegT mínimo em (5) também ilustra o esquema de organização posição-suporte.

(5)	infelizmente... nesses últimos anos... éh:: e eu acho que sempre na história... <u>o:: povo</u>	1
	<u>não tem votado direito...</u> e::... <u>o país os municípios os estados... não têm sido bem</u>	2
	<u>sucedido em:: algumas eleições...</u>	3
	vide:: <u>a eleição do... Fernando Collor...</u> onde ele ((ininteligível)) tanto e depois	4
	foi... ele que deu... ele/ <u>o povo brasileiro</u> naquela... esperança da salvação que <u>o</u>	5
	<u>povo</u> vive até hoje... <u>o povo votou</u> em massa... no::/ no presidente Fernando	6
	Collor... e depois... tudo aquilo aconteceu que é conhecido do país todo... (AC- 113; RO: L.218-224)	7

De acordo com o autor, com base na propriedade de centração, o tópico desse segmento pode ser expresso como *Insucesso nas eleições no Brasil nos últimos anos*. Nas linhas 1-3, que constituem uma unidade de posição, o falante se refere a esse tópico em termos mais gerais, como se pode ver nos enunciados *o:: povo não tem votado direito* e *o país os municípios os estados... não têm sido bem sucedido em:: algumas eleições*. Como mencionado acima, trata-se de um momento em que os enunciados estão voltados para definir, estabelecer, determinar de forma mais direta o tópico do segmento. Na sequência, nas linhas 4-7, que formam uma unidade de suporte, o falante continua o discurso falando sobre *a eleição do Fernando Collor*, uma forma mais específica de desenvolver o tópico em pauta. Ou seja, há uma relação entre *eleições*, como referência geral, e *eleição do Fernando Collor*, como referência específica.

A relação posição-suporte é uma relação potencialmente recursiva, no sentido de que grupos de enunciados que funcionam como posição ou suporte podem também ser estruturados internamente com base nessa mesma relação. Isso pode ser visto no SegT mínimo em (6a).

(6a)	bom e isso é uma parte d/da adolescência mas é claro que <u>a gente não tem... só isso</u> claro que	1
	<u>tem aquelas pessoas que sabem aproveitar</u> (sabe) aquelas pessoas que tão sempre contando...	2
	com a mãe... com o pai com a família... que é/ com o namorado claro mas o namorado	3
	também eu acho que (não) tem que ser tudo na vida a gente tem que... saber ter amigos <u>saber</u>	4
	<u>aproveitar...</u>	5
	<u>ir numa balada não precisa beber tudo o que tem na balada...</u> bebe o:: tem/o:: tanto	6
	que você acha que você vai agüentar... o tanto que você acha que vai ser legal pra	7
	VOcê se divertir não pra você passar mal... porque <u>o bom de uma balada não é você</u>	8
	<u>beber e depois sair vomitando e ficar... né todo mundo lá te olhando feio tal...</u> (inint.)	9
	o legal é você beber pra ficar alegre... pra brincar não pra ficar estúpido com ninguém	10
	e tal... (IBORUNA: AC-22; RO: L.562-572)	11

Considerando que o tópico em (6a) seja “Saber aproveitar a adolescência”, Penhavel (2010) analisa o trecho nas linhas 1-5 como posição, onde há referências mais diretas a essa ideia nuclear (como nos enunciados sublinhados), e o trecho nas linhas 6-11, como suporte, cuja ideia poderia ser sintetizada como “Beber moderadamente em uma balada” (vejam-se os enunciados sublinhados nesse trecho), o que seria uma forma particular de desenvolver o tópico “Saber aproveitar a adolescência”.

O suporte, por sua vez, pode ser também interpretado em duas partes. Os enunciados nas linhas 6-8 (até a barra) fazem referência mais direta à ideia “Beber moderadamente em uma balada” (observe-se, principalmente, o enunciado sublinhado na linha 6). Já os enunciados nas linhas 8-11 (a partir da barra) abordam essa ideia mais especificamente, desenvolvendo-a por meio de referências que podem ser sintetizadas como “O bom de uma balada não é beber exageradamente”. Nesse caso, a ideia veiculada nas linhas 8-11 (a partir da barra) parece funcionar como argumento para sustentar a ideia nuclear referida nas linhas 6-8 (até a barra).

A partir disso, o SegT em (6a) é analisado pelo autor como em (6b).

(6b)	bom e isso é uma parte d/da adolescência mas é claro que <u>a gente não tem... só isso</u> claro que	1
	<u>tem aquelas pessoas que sabem aproveitar</u> (sabe) aquelas pessoas que tão sempre contando...	2
	com a mãe... com o pai com a família... que é/ com o namorado claro mas o namorado	3
	também eu acho que (não) tem que ser tudo na vida a gente tem que... saber ter amigos <u>saber</u>	4
	<u>aproveitar...</u>	5
	<u>ir numa balada não precisa beber tudo o que tem na balada...</u> bebe o:: tem/o:: tanto que você	6
	acha que você vai agüentar... o tanto que você acha que vai ser legal pra VOcê se divertir não	7
	pra você passar mal...	8
	porque <u>o bom de uma balada não é você beber e depois sair vomitando e ficar... né</u>	9
	<u>todo mundo lá te olhando feio tal...</u> (inint.) o legal é você beber pra ficar alegre... pra	10
	brincar não pra ficar estúpido com ninguém e tal...	11

De acordo com essa análise, no âmbito do SegT inteiro, o trecho nas linhas 1-5 é identificado como posição e o trecho nas linhas 6-11, como suporte, enquanto, no âmbito do segmento nas linhas 6-11, as linhas 6-8 são identificadas como posição e as linhas 9-11, como suporte.

Penhavel (2010) analisa um extenso conjunto de SegTs mínimos identificados em textos do gênero relato de opinião e apura que a relação posição-suporte está na base da estruturação interna da maioria quase absoluta desses SegTs, com exceção de alguns SegTs que representam, em seu *corpus*, apenas 3% dos casos aproximadamente. Esse dado quantitativo constitui uma das principais evidências identificadas pelo autor para admitir a natureza sistemática da estruturação de SegTs no gênero em questão. Além disso, a recursividade da relação posição-suporte constitui, para o autor, um dado – qualitativo – relevante. Ela indica que a relação posição-suporte não consiste simplesmente numa noção ocasional, ligada isoladamente a uma ou outra parte do SegT, mas um princípio fundamental de organização, que perpassa toda sua estruturação textual-interativa.

Com base principalmente nesses dados é que o autor considera, então, que a estruturação de SegTs mínimos no gênero relato de opinião constitui um processo altamente sistemático, que pode ser sintetizado em uma regra geral, da seguinte forma: no gênero relato

de opinião, os SegTs mínimos são estruturados com base em uma variação potencialmente recursiva entre unidades de posição e unidades de suporte.

Um estudo na mesma linha do trabalho de Penhavel (2010), que está, inclusive, bastante próximo do nosso, é o de Guerra e Penhavel (2010), que analisam a organização intratópica em cartas de leitores de jornais paulistas oitocentistas.

Conforme mostram os autores, tais cartas compartilham a finalidade comunicativa fundamental de discorrer sobre determinada situação, exposta como sendo um problema, e reivindicar, implícita ou explicitamente, que alguma medida seja tomada no que se refere a essa situação. Vinculando-se, então, a esse propósito central, os SegTs mínimos manifestam uma unidade tópica que envolve a construção de uma situação-problema, unidade denominada de “Discussão”, podendo apresentar, ainda, normalmente na sequência, outra unidade especificamente dedicada a reivindicar algo sobre essa situação, unidade chamada de “Interpelação”. A Discussão compreende três subunidades, rotuladas de “Abertura”, “Explicação” e “Avaliação”.

O SegT mínimo em (7) ilustra a distinção entre Discussão e Interpelação:

- (7) Senhor Redactor. || Está um bexiguento na populosa rua da Quitanda que | se mudou de uma 1
 casa de sobrado. || E' captivo de homem rico, podia ir para uma cha- | cara, e não se largar ali 2
 em um quarto, em uma rua tão | caminhada. Eu senhor Redactor já fui vacinada, e muito | 3
 vacinada, não pelas vacinas de agora, que negão fogo, | mas pelas do tempo do Horta: não é 4
 por mim que re- | clamo, por ir fazer compras nessa rua para os meus es- | tudantes, que não 5
 relaxão a mimosa manteiga da casa | do senhor Miguel, e vinagre também; mas como me 6
 acom- | panha sempre uma pequenina, que me carrega o balai- | nho, 7
 peço que vejam isso, a bem das nossas leis, e inde- | pendencia da nossa constituição, e pacto 8
 fundamental, | que os ditos meus estudantes tanto fallão quando estão | fazendo o quilo. || 9
 MIQUELINA DO AMOR DIVINO (GUERRA; PENHAVAL, 2010, p. 145).

Nesse exemplo, no primeiro bloco de enunciados, a escrevente descreve o fato de um indivíduo enfermo (“um bexiguento”) estar vivendo em determinado local de sua cidade (“rua da Quitanda”) e expõe esse fato como um problema, argumentando, dentre outras

coisas, que o local é muito movimentado (“populosa rua”, “rua tão caminhada”), que as vacinas da época não são eficazes (“vacinas de agora, que negão fogo”) e que crianças frequentam o local (“me acompanha sempre uma pequenina”). Esse bloco de enunciados exemplifica, assim, o que seria a unidade de Discussão. No bloco seguinte, a escrevente, de forma explícita, solicita que alguma medida seja tomada em relação a esse fato (“peço que vejão isso”). Este segundo bloco de enunciados ilustra a unidade de Interpelação.

A unidade de Discussão compreende três subunidades potenciais: Abertura, Explicação e Avaliação. A Abertura seria uma subunidade inicial da Discussão, especificamente dedicada a anunciar o tópico que será desenvolvido no restante do SegT. A Explicação manifesta-se quando há uma parte da Discussão com a função de descrever uma situação ou narrar um fato; ou seja, seria um conjunto de enunciados com a função de expor (ou, como o próprio nome indica, explicar) determinada situação. A Avaliação, por sua vez, é uma parte da Discussão destinada a uma análise crítica, uma análise qualitativa de dada situação, o que normalmente compreende uma qualificação negativa da situação em foco. A unidade de Discussão no exemplo em (8) contém essas três subunidades:

- (8) Senhor Redactor – Como em o seu número 97 | de hoje me offerece occasião de desabafo | contra a 1
 Camara d’esta Cidade a quem | incumbe a sua policia quero desabafar meu | censibilisado coração, 2
 contando-lhe um | caso horroroso, acontecido á tres dias em | uma rua publica d’esta Cidade. 3
- Um po- | bre môço carreiro de 10 a 12 annos que | servia de arrimo a sua desgraçada familia, | tendo 4
 marchado 3 ou 4 leguas por entre | mãos caminhos, chegou sem perigo | até as portas da Cidade; na 5
 continuação po- | rém da rua da Esperança quasi defronte | á casa do Conego Leão (sendo a rua 6
 prin- | cipal e unica para a entrada de todos os | carreiros & que vem de Sancto Amaro) em | um 7
 lamaçal tremendo que alli existe ato- | la-se o carro, perde o equilibrio, e queren- | do o infeliz 8
 encostar a lenha ficou espedaçado | debaixo do peso enorme; e no mais lamentavel | estado hontem 9
 deu-se á sepultura, deixan- | do sua familia desolada, e sem este arrimo. | 10
- Bem poucas vezes se tem visto scena tão | tocante!!! E sera crível que as ruas da | Cidade sejam 11
 peiores que esses abandona- | dos caminhos ? ... E será crível que o po- | vo sobrecarregado de 12
 tributos soffra tantas | penalidades pelas estradas, e venha encon- | trar a morte nas ruas de São 13
 Paulo pelo | desleixo e pouco caso de sua Camara mu- | nicipal? [...] (GUERRA; PENHAVEL, 14
 2010, p. 155).

Em (8), o escrevente discute um fato ocorrido em uma rua de sua cidade. O trecho

entre as linhas 1 e 3 tem o papel de anunciar que o escrevente irá discorrer sobre esse tópico, constituindo a subunidade de Abertura. Na sequência, entre as linhas 4 e 10, por meio de uma breve narrativa, o escrevente narra qual foi esse fato (que seria um acidente ocorrido com um indivíduo, culminando em sua morte). Ou seja, esse segundo trecho apresenta uma dada situação ou fato, representando, pois, uma instância do que seria a subunidade de Explicação. O trecho seguinte, entre as linhas 11 e 14, é, então, dedicado a uma avaliação do escrevente sobre o fato relatado, sendo assim um exemplo da subunidade de Avaliação.

Guerra e Penhavel (2010) chamam a atenção para a alta regularidade da forma de estruturação de SegTs mínimos descrita acima. Para eles, as (sub)unidades tópicas que puderam ser reconhecidas nos SegTs que investigaram em cartas de leitores foram sempre as quatro acima descritas, isto é, Abertura, Explicação, Avaliação e Interpelação. Um SegT pode apresentar todas essas (sub)unidades ou apenas algumas delas, podendo apresentar, inclusive, apenas a Explicação ou apenas a Avaliação. Além disso, na grande maioria dos casos, essas (sub)unidades, conforme ocorram, seguem essa ordem sequencial (Abertura > Explicação > Avaliação > Interpelação).

É essa sistematicidade, referente aos (sub)tipos de unidades possíveis e à sua ordenação sequencial, que permite, segundo os autores, falar em uma regra geral de estruturação de SegTs mínimos nas cartas de leitores, a qual é sistematizada da seguinte forma: em textos do gênero carta de leitor (particularmente, em cartas de jornais paulistas do século XIX), a estruturação interna de SegTs mínimos compreende a construção potencial das (sub)unidades de Abertura, Explicação, Avaliação e Interpelação, nessa ordem sequencial, sendo que, para cada SegT, pelo menos Explicação ou Avaliação deve ocorrer necessariamente.

Em nossa pesquisa, também pudemos atestar a presença de um padrão de organização intratópica em cartas de redatores oitocentistas, conforme procuraremos mostrar mais adiante, no capítulo de análise de dados.

1.3 A Teoria dos Atos de Fala

Conforme mencionamos acima, apresentamos aqui uma síntese da Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969, 2012), uma vez que, de acordo com nossa análise, a organização intratópica das cartas de redatores está assentada, em grande medida, em certas combinações de tipos de atos de fala e em certas combinações entre presença e ausência de verbos performativos. Como os atos de fala e os verbos performativos são conceitos postulados principalmente pela Teoria dos Atos de Fala, sintetizamos aqui os conceitos dessa abordagem que são mais relevantes para nossa análise.

Nossa adoção dessa teoria para complementar a descrição da Organização Tópica se justifica na medida em que ela é plenamente condizente teoricamente com a PTI. Como visto acima, a PTI é o resultado da integração de princípios teórico-metodológicos da Linguística Textual, da Análise da Conversação e da Pragmática; no caso desta última, principalmente no que se refere à Teoria dos Atos de Fala. É justamente com base nessa teoria que a PTI assume a língua como uma forma de ação.

A Teoria dos Atos de Fala, como mostraremos já adiante, postula que todo enunciado realiza uma ação no mundo, constituindo-se, assim, como um ato de fala. A partir dessa noção, a Linguística Textual, além de considerar que a língua de modo geral é uma forma de ação, considera, particularmente, que partes de textos realizam ações, assim como cada texto inteiro também realiza uma ação, concebendo, com isso, a noção de *macro ato de fala* (cf. van DIJK, 2004), noção que evidencia a aliança entre a PTI e a Teoria dos Atos do Fala.

A Teoria dos Atos de Fala é uma teoria desenvolvida na área da Pragmática, cujos principais proponentes são Austin (1962) e Searle (1969, 2012). A ideia central da teoria é a de que a linguagem verbal é uma forma de realizar ações no mundo, no caso, ações verbais. Para a teoria, todo enunciado sempre realiza uma ação. Daí, usa-se o conceito de *ato de fala*.

Austin inicia a proposição dessa teoria por meio do reconhecimento de que existiria uma distinção entre enunciados constataivos e enunciados performativos. Os exemplos em (9) e (10) ilustram, respectivamente, um enunciado considerado pelo autor como constataivo um considerado como performativo:

(9) O atual rei da França é careca (AUSTIN, 1962, p. 35).

(10) Aposto cem cruzados como vai chover amanhã (AUSTIN, 1962, p. 24).

Os constataivos seriam enunciados que podem ser avaliados em termos de condições de verdade, isto é, são verdadeiros ou falsos; por exemplo, poder-se-ia avaliar se de fato o rei da França é careca. Já os performativos seriam enunciados avaliados em termos do que o autor chama de condições de felicidade e infelicidade na realização dos atos, isto é, os performativos têm de atender a certas condições que resultam na realização ou não dos atos que pretendem realizar; no caso de (10), pode-se avaliar se a aposta foi de fato realizada.

Porém, Austin (1962) conclui, posteriormente, que, na verdade, todo enunciado é performativo, inclusive os que, a princípio, pareceriam ser apenas constataivos. No caso de um enunciado como aquele em (9), que, a princípio, pareceria não realizar uma ação, mas apenas constatar um fato, o autor conclui que, na verdade, ele realiza, sim, uma ação, a ação de informar, ou afirmar.

Mais precisamente, de acordo com a teoria, todo enunciado realiza três ações simultaneamente: um *ato locucionário* (ou *locucional*), um *ato ilocucionário* (ou *ilocucional*) e um *ato perlocucionário* (ou *perlocucional*). O ato locucional resume-se ao ato de proferir

um enunciado com um certo significado, um certo conteúdo informacional, ou seja, o sentido restrito da sentença, a descrição dos estados de coisas; em outras palavras, o ato locucional seria a evocação de um determinado conteúdo proposicional. O ato ilocucional é a intenção do proferimento do falante, ou seja, a ação linguística realizada ao se falar: informar, ordenar, perguntar, prometer, parabenizar, pedir desculpas etc. O ato perlocucional são os efeitos obtidos pelo ato ilocucional sobre o destinatário, o resultado que se consegue com o ato de fala: assustar, convencer, desagradar etc.

O ato, ou ação, ilocucional é também chamado de *força ilocucionária* (ou *ilocucional*). Assim, focalizando os atos locucional e ilocucional (o ato perlocucional, embora reconhecido, não é um ponto igualmente relevante na teoria), Searle (1969, 2012) propõe a seguinte fórmula para representar um ato de fala: $F(p)$, em que F significa *força ilocucional* e p significa *conteúdo proposicional*, de modo a destacar que um ato de fala consiste na seleção de um conteúdo proposicional que é, então, investido de determinada força ilocucional. Por exemplo, o conteúdo proposicional *José abrir a porta*, se é investido da força de afirmação, resulta, por exemplo, no enunciado declarativo *José abriu a porta*, e, se é investido da força de pergunta, resulta, por exemplo, na interrogação *José abriu a porta?* (processos aqui representados de forma simplificada, ignorando ajustes, por exemplo, de tempo verbal).

Outro conceito fundamental da Teoria dos Atos de Fala, também relevante neste trabalho, é o de *verbo performativo*. Trata-se de verbos que, quando usados na primeira pessoa do presente simples, na voz ativa, realizam a ação que designam. Por exemplo, ao dizer *eu abro x*, ou *eu conserto x*, o falante não realiza as ações de abrir e consertar x , porém, ao dizer *eu prometo x*, *eu afirmo x*, *eu declaro x*, o falante não relata, mas realiza as ações de prometer, afirmar e declarar x . Verbos como esses últimos são chamados de *verbos performativos*. Em outros termos, são verbos que explicitam a ação ilocucional de um ato de fala.

Segundo Trask (2004), dizer *Prometo comprar para você um ursinho de pelúcia*, por si só, constitui um ato de prometer comprar um ursinho de pelúcia, e nada mais é exigido para completar (não confundir com cumprir) a promessa. Um enunciado desse tipo é um enunciado performativo, e um verbo que se presta a esse uso, no caso *prometer*, é um verbo performativo. De acordo com Austin (1962), os enunciados que não contêm um verbo performativo na 1ª pessoa do presente do indicativo na voz ativa são chamados *performativos implícitos* ou *proferimentos primários* (por exemplo, *Estarei lá*); os que têm o verbo performativo na forma mencionada são denominados *performativos explícitos* (por exemplo, *Prometo que estarei lá*).

Austin (1962) exemplifica vários verbos que ele trata como performativos, dentre os quais, podemos citar os seguintes: *declarar, prometer, ordenar, nomear, inaugurar, felicitar, congratular, pedir desculpas, batizar, escolher, repreender, apostar, aceitar, desafiar, lançar, aconselhar, absolver, inocentar, advertir, autorizar, proclamar, saudar, permitir, exortar, lamentar, aprovar, culpar, concluir, predizer, endossar, questionar* etc.

Embora um ato de fala realize os três tipos de ações distinguidas acima (locucional, ilocucional e perlocucional), o ponto central da Teoria dos Atos de Fala reside no estudo dos atos ilocucionários. Uma das partes mais importantes da teoria consiste na distinção de tipos de atos ilocucionários. A esse respeito, apresentamos aqui a taxinomia de atos ilocucionários proposta por Searle (2012), a qual adotaremos no presente trabalho.

O autor faz uma distinção de doze dimensões em relação às quais os atos ilocucionários diferem uns dos outros. Ele define, então, tipos gerais de atos, tendo em vista como eles se comportam em relação a essas dimensões. As três primeiras dimensões são consideradas pelo autor como as mais decisivas para diferenciar um tipo de ato do outro, sendo possível uma caracterização bastante satisfatória dos tipos de atos apenas com base

nessas três primeiras dimensões. Seguiremos o autor, adotando a classificação dos atos a partir dessas três dimensões.

A primeira dimensão trata de *diferenças quanto ao propósito do (tipo de) ato*. O propósito ilocucionário é o propósito, o objetivo, a meta do falante ao produzir um enunciado no que diz respeito à realização de uma ação linguística. O propósito ilocucionário, explica Searle (2012), é parte da força ilocucionária, mas não é o mesmo que ela. O autor define o propósito como uma das vertentes da força ilocucionária. Para ele, o propósito ilocucionário dos pedidos, por exemplo, é o mesmo que o das ordens: são tentativas de levar o ouvinte a fazer algo. Mas as forças ilocucionárias são claramente diferentes. A noção de força ilocucionária seria a resultante de vários elementos, dos quais o propósito ilocucionário seria apenas um, porém talvez o mais importante.

A segunda dimensão compreende *diferenças quanto à direção do ajuste entre as palavras e o mundo*. Para Searle (2012), algumas elocuições têm, como parte de seu propósito ilocucionário, o papel de fazer as palavras (seu conteúdo proposicional) corresponder ao mundo; outras, procuram fazer o mundo corresponder às palavras. As asserções estão na primeira categoria, enquanto as promessas e os pedidos, na segunda.

Para exemplificar o sentido da direção do ajuste, o autor se utiliza de uma ilustração feita por Anscombe (1957), segundo a qual um homem vai a um supermercado com uma lista de compras feita por sua esposa, onde estão escritas as palavras “feijão, manteiga, toucinho e pão”. Enquanto anda pelo supermercado selecionando esses itens, é seguido por um detetive que anota tudo o que ele coloca em seu carrinho. Ao saírem da loja, comprador e detetive terão listas idênticas. No entanto, a função das duas listas será diferente. No caso do comprador, o propósito da lista é levar o mundo a corresponder às palavras; ele deve fazer com que suas ações se ajustem à lista. No caso do detetive, o propósito da lista é fazer com que as palavras se ajustem ao mundo; ele deve fazer com que a lista se ajuste às ações do

comprador. A diferença poderia ser demonstrada também no papel do erro nos dois casos, sendo facilmente apagadas anotações da lista do detetive, ao chegar em casa e verificar que o comprador comprou costelas de porco ao invés de toucinho; porém não seria o caso de alterar a lista do comprador, se sua esposa reclamasse de erro na compra dos itens listados, por exemplo.

Nesses exemplos, a lista provê o conteúdo proposicional da elocução e a força ilocucionária determina como esse conteúdo há de se relacionar com o mundo. E, com isso, Searle (2012) nos propõe chamar essa diferença como *diferença quanto à direção de ajuste*. No caso exemplificado, a lista do detetive tem a direção de ajuste *palavra-mundo* (como descrições, asserções e explicações); já a lista do comprador tem a direção do ajuste *mundo-palavra* (como pedidos, ordens, juramentos, promessas).

A terceira dimensão usada para distinção de tipos de atos ilocucionários diz respeito a *diferenças quanto aos estados psicológicos expressos*. Segundo Searle (2012), quando produz enunciados com um conteúdo proposicional, o falante expressa uma atitude, um estado, com respeito a esse conteúdo proposicional. O valor daquilo que é dito não se altera mesmo quando o falante está sendo insincero, mesmo quando não tem o desejo, a crença, a intenção, o arrependimento ou o prazer que expressa; ele ainda assim expressa, ao realizar o ato de fala, uma crença, uma vontade, uma intenção, um arrependimento, um prazer.

Esse fato é marcado linguisticamente, na medida em que é linguisticamente inaceitável a conjunção de um verbo performativo explícito com a negação do estado psicológico expresso. Assim, não se pode dizer “Enuncio que *p* mas não acredito que *p*”, por exemplo. O autor explica que o estado psicológico expresso na realização do ato ilocucionário é uma noção correspondente à noção de *condição de sinceridade do ato*, definida em seu livro *Speech Acts* (SEARLE, 1969).

Assim, a *crença* agrupa não só asserções, observações e explicações, mas também postulações, declarações, deduções e argumentos. A *intenção* agrupa promessas, votos, ameaças e empenhos. O *desejo* (ou *vontade*) agrupa pedidos, ordens, comandos, convites, preces, pleitos, súplicas e rogos. O *prazer* não reúne tantos atos – congratulações, felicitações, boas-vindas.

Essas três dimensões de caracterização dos tipos gerais de atos ilocucionários – propósito ilocucionário, direção de ajuste e estado psicológico – são as mais decisivas segundo o autor, com base nas quais ele constrói a maior parte de sua taxinomia de tipos de atos ilocucionários. Contudo, outras nove dimensões são consideradas em sua taxinomia, as quais apenas citamos aqui a título de conhecimento:

- a) *Diferenças quanto à força ou vigor com que o propósito ilocucionário é apresentado;*
- b) *Diferenças quanto ao estatuto ou posição do falante e do ouvinte, no que isso concerne à força ilocucionária da elocução;*
- c) *Diferenças quanto ao modo como a elocução se relaciona com os interesses do falante e do ouvinte (gabolices, lamentações ou congratulações e condolências);*
- d) *Diferenças quanto às relações com o restante do discurso (“replico”, “deduzo”, “concluo” e “objeto”);*
- e) *Diferenças quanto ao conteúdo proposicional determinadas pelos dispositivos indicadores da força ilocucionária;*
- f) *Diferenças entre os atos que devem sempre ser atos de fala e os que podem, mas não precisam, ser realizados como atos de fala;*
- g) *Diferenças entre os atos que requerem e os que não requerem instituições extralinguísticas para sua realização (para abençoar, excomungar, condenar, expulsar, etc. é preciso que os participantes da comunicação ocupem uma posição em uma instituição extralinguística);*
- h) *Diferenças entre os atos em que o verbo ilocucionário correspondente tem um uso performativo e aqueles em que isso não acontece;*
- i) *Diferenças quanto ao estilo de realização do ato ilocucionário.*

Searle (2012) toma o propósito ilocucionário, a direção de ajuste e os estados psicológicos expressos, como base para a construção de uma classificação do que considera como tipos básicos de atos ilocucionários. Essa classificação reconhece cinco tipos: *assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos*.

Os assertivos são atos que têm o propósito de comprometer o falante (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. Todos os membros da classe assertiva são avaliáveis em termos de *verdadeiro* e *falso*. A direção do ajuste é palavra-mundo, e o estado psicológico expresso é a crença. Alguns verbos que marcam essa classe de atos são: *afirmar, informar, avisar, comunicar* etc.

Os diretivos são atos cujo propósito ilocucionário consiste na tentativa do falante de levar o ouvinte a fazer algo, podendo ser uma tentativa mais sutil, como um convite, ou mais incisiva, como uma ordem. A direção do ajuste é mundo-palavra, e o estado psicológico expresso é o da vontade (ou desejo). Alguns verbos que denotam os membros dessa classe são: *pedir, convidar, ordenar, suplicar, rogar, convidar, aconselhar* etc. Perguntas são uma subclasse dos diretivos, pois são tentativas, por parte do falante, de levar o ouvinte a responder, isto é, a realizar um ato de fala.

Os compromissivos são atos cujo propósito é comprometer o falante (também em graus variáveis) com alguma linha futura de ação. Nesse caso, a direção do ajuste é mundo-palavra, e o estado psicológico expresso é o da intenção. Exemplos de verbos que explicitam esses tipos de atos seriam: *prometer, jurar, comprometer* etc.

No caso dos atos expressivos, o propósito ilocucionário é o de expressar um estado psicológico a respeito de um conteúdo proposicional. Alguns verbos que designam atos expressivos são *agradecer, parabenizar, desculpar-se, dar pêsames, dar as boas-vindas* etc. Nos expressivos, não há direção de ajuste, pois, ao realizar um ato expressivo, o falante não está tentando fazer com o que o mundo corresponda às palavras, nem está tentando fazer com

que as palavras correspondam ao mundo; pelo contrário, a verdade da proposição expressa é pressuposta. O estado psicológico expresso é variado, consistindo justamente no estado expresso a cada ato realizado.

O último tipo de ato são os declarativos. A característica definidora dessa classe é que a realização bem-sucedida de um de seus membros produz a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade. A realização bem-sucedida garante a correspondência entre o conteúdo proposicional e o mundo. As declarações produzem uma alteração no estatuto ou condição do referido em relação a objeto ou objetos tão somente em virtude do fato de se ter conseguido realizar a declaração. Essa característica das declarações distingue-as das outras categorias. Exemplos de declarativos são atos de declarar um réu culpado, demitir um funcionário etc.

Segundo Searle (2012), na sentença, o dispositivo indicador da força ilocucionária opera sobre o conteúdo proposicional para indicar, entre outras coisas, a direção do ajuste entre o conteúdo proposicional e a realidade. No caso dos assertivos, a direção do ajuste é palavra-mundo; no caso dos diretivos e compromissivos, ela é mundo-palavra; no caso dos expressivos, a força ilocucionária não comporta direção de ajuste, pois a existência do ajuste é pressuposta. No caso das declarações, porém, há, segundo o autor, uma relação muito peculiar. A realização de uma declaração produz um ajuste precisamente por ser uma realização bem-sucedida.

Searle (2012) considera que todos os casos de declarativos envolvem uma instituição extralinguística, um sistema de regras constitutivas que se acrescentam às regras constitutivas da linguagem, para que o ato declarativo possa ser realizado com sucesso. O domínio, por parte do falante e do ouvinte, das regras que constituem a competência linguística não é, em geral, suficiente para a realização de uma declaração. Deve existir também uma instituição extralinguística, e tanto o falante como o ouvinte devem ocupar

lugares especiais no interior dessa instituição. É apenas por haver instituições como a igreja, o direito, a propriedade privada, o estado – e posições especiais do falante e do ouvinte no interior dessas instituições – que se pode excomungar, designar, doar e legar bens, declarar guerra etc.

No presente trabalho, consideraremos, então, essa taxinomia de tipos básicos de atos ilocucionários, bem como a noção de verbo performativo em nossa descrição da organização intratópica das cartas de redatores.

1.4 O gênero carta de redator

Silva (2011), em sua tese de doutorado, intitulada “O percurso sócio-histórico de uma tradição discursiva: da carta ao editorial”, faz, como o título indica, uma análise da história do gênero editorial, considerando que esse gênero teria se originado a partir do gênero carta pessoal. Nesse percurso, o gênero carta de redator, também derivado do gênero carta pessoal, teria sido um dos passos para a constituição de editoriais. Em seu trabalho, a autora faz uma análise de cartas de redatores do século XIX que, juntamente com o que a autora mostra sobre o percurso carta pessoal > carta de redator > editorial, pode ser interessante para nosso trabalho, como forma de contextualização de nossa análise sobre as cartas de redatores oitocentistas. Assim, inicialmente sintetizamos a análise que a autora faz de cartas de redatores do século XIX e, em seguida, resumimos os pontos mais relevantes para nós a respeito da evolução diacrônica desses gêneros.

Iniciamos, então, reproduzindo uma carta de redator analisada pela autora:

(11) [SEM TÍTULO]

Certos periodicos ainda não estarão de- | senganados de que nos mettem susto: | e de que gosamos dos mesmos direitos de que elles gosão? Persuadir-se-hão acaso, | que lhe não podemos retribuir injuria por | injuria, sarcasmo por sarcasmo? Ignorão | que nós temos a collecção dos escriptos dos | Cahités, publicados em Pernambuco, e | a copia legal das actas de muitas Camaras | do Ceará, da republica do

Equador, e que podemos transcrever huns e outros? Não | lhe retribuimos na mesma moeda; nem | transcrevemos taes escriptos, porque dese- | jamos mais felicidade do Brasil do que | elles; porque queremos armonisar todos os | cidadãos para que tenham hum só espirito | identificados som o Governo Constitucional | quando elles, se queremos o mesmo fim, vão | por caminhos tortuozos, que parecem | mais semear a desunião, e separarem os | povos do Governo, inculcando este inimi- | go daquelles Coitados! Quem sabe se a | raiva que nos tem procede da vil inveja, | ao verem que o nosso periodico de dia em dia augmenta progressivamente o numero | dos assignantes, quando os cujos e imun- | dos papeluxos já não há quem os compre, | senão quem for tao desmoralizados como | elles, porque os homens honestos se en - | vergonhão de ler tantas sandices, que de- | sacreditão o Brasil !!! (O BRASILEIRO IMPARCIAL - 27/04/1830) (SILVA, 2011, p. 251).

Como se pode notar, comparando a carta acima com as nossas cartas de redatores, exemplificadas na Introdução e também analisadas mais adiante, as cartas de redatores analisadas por Silva (2011) são um pouco diferentes das nossas. Nossas cartas, em geral, estabelecem um “diálogo” mais direto com os leitores/assinantes. São cartas mais dirigidas para comunicar decisões ou mudanças no jornal, fazer solicitações, pedir desculpas, expressar congratulações etc. Já as cartas de redatores da autora parecem estar um pouco mais próximas do que seriam editoriais, pois são mais dedicadas a discutir um assunto, como se pode notar em (11).

De todo modo, certamente é interessante vermos o que a autora avalia dessas cartas de redatores que ela analisa. Até porque não deixa de haver uma proximidade entre as cartas por ela analisadas e as nossas, por um lado, *versus* o editorial propriamente, por outro lado. E parece que essa identidade entre as cartas da autora e as nossas seria justamente por elas exibirem uma maior proximidade entre redator e leitor/assinante do que aquilo que se observa em editoriais. Vejamos, então, algumas das características levantadas por Silva (2011).

Em sua análise da carta em (11), assim como na análise de outras cartas de redatores de seu *corpus*, a autora levanta traços que diferenciam e traços que aproximam cartas pessoais e cartas de redatores.

Em termos de diferenciação, a autora reconhece que, enquanto a função de uma carta pessoal seria mediar a comunicação entre duas pessoas que possuem uma relação

próxima, a carta de redator passaria a ter a função de mediar a comunicação entre o redator e todos os leitores do jornal. Desse modo, enquanto, na produção de uma carta pessoal, haveria, em geral, uma privacidade de conteúdo entre o remetente e o destinatário, na carta de redator, por sua vez, haveria uma *publicidade*, já que esse gênero seria publicado em um veículo de comunicação. Essa diferença entre privacidade e publicidade seria, então, um traço inovador característico das cartas de redatores do século XIX em relação à carta pessoal tradicional.

Além dessa diferença, Silva (2011) identifica também que, nas cartas de redatores, diferentemente do que normalmente seria verificado em cartas pessoais, o redator estabeleceria um posicionamento crítico sobre um determinado assunto, o que se pode notar pela presença de um grande número de sequências textuais argumentativas, como se pode notar em (11). De acordo com a autora, o predomínio de sequências argumentativas não seria tão comum em cartas pessoais, uma vez que, nesse gênero, o que se teria, normalmente, seria o objetivo de relatar algo a alguém. Assim, apesar de haver comentários do locutor a respeito de um determinado relato, nem sempre haveria a presença de mais trechos argumentativos do que de narrativos, descritivos ou expositivos. Já nas cartas de redatores, a tendência seria a de o comentário se sobrepôr ao relato, para se atingir o objetivo de persuadir o leitor.

Silva (2011) entende, no entanto, que, mesmo com essas diferenças, não se pode deixar de perceber que existem muitas outras semelhanças entre a carta de redator e a carta pessoal, o que confirmaria o fato de aquela ter se originado desta. Para ela, esses traços em comum poderiam ser explicados por certas condições comunicativas semelhantes em que esses gêneros seriam escritos. Dentre essas condições, haveria a *fixação de temas* (apesar de, em algumas cartas pessoais, o remetente escrever sobre vários temas para o destinatário), o *planejamento*, a *monologicidade*, a *distância física* e a *emocionalidade*. A autora destaca esta última característica, a que se refere também como sendo um traço de explicitação de *subjetividade*.

A emocionalidade/subjetividade é, inclusive, identificada por meio de algumas características linguísticas das cartas de redatores, como a presença de adjetivos avaliativos, que caracterizariam subjetivamente o substantivo, como em “vil inveja” e “imundos papeluchos”, na carta em (11). Outra característica linguística típica das cartas de redatores ligada à subjetividade, segundo a autora, seria o uso de verbos na 1ª pessoa do plural, pelos quais o locutor daria voz a seu jornal, evidenciando uma emocionalidade no texto, como na passagem em (12):

- (12) Não lhe *retribuimos* na mesma moeda; nem *transcrevemos* taes escriptos, porque *desejamos* mais felicidade do Brasil do que elles; porque *queremos* armonisar todos os cidadãos para que tenham hum só espirito identificados som o Governo Constitucional quando elles, se *queremos* o mesmo fim, vão por caminhos tortuozos [...] (SILVA, 2011, p. 124-125).

Ainda com relação à emocionalidade/subjetividade, Silva (2011) avalia que normalmente as cartas de redatores, como aquela em (11), possuem uma temática individual que a aproximaria ainda mais do seu gênero de origem. O locutor direcionaria seu texto a um interlocutor em especial. Na análise da autora, o redator da carta em (11) procuraria indiretamente atingir um outro jornal que não compartilharia da mesma opinião de seu periódico, o que se poderia perceber no trecho em (13):

- (13) Ignorão que nós temos a collecção dos escriptos dos Cahités, publicados em Pernambuco, e a copia legal das actas de muitas Camaras do Ceará, da republica do Equador [...] (SILVA, 2011, p. 125).

Essa passagem daria indícios de um “atrito” entre dois veículos de comunicação, uma vez que o redator da passagem em (13), extraída da carta em (11), buscaria comprovar que seus argumentos sobre um determinado ponto de vista – que teriam sido defendidos em uma edição anterior – seriam pertinentes. No entendimento de Silva (2011), o jornal em questão estaria defendendo ideais do governo e criticando o outro jornal por não fazer o mesmo:

- (14) porque *queremos armonisar todos os cidadãos para que tenham hum só espirito identificados som o Governo Constitucional* quando elles, se queremos o mesmo fim, vão por caminhos tortuosos, que *parecem mais semear a desunião*, e separarem os povos do Governo, inculcando este inimigo daquelles Coitados! (SILVA, 2011, p. 125).

A autora conclui, enfim, que o texto em (11) demonstraria explicitamente a subjetividade do locutor, o que, segundo ela, poderia ser considerado como uma característica relevante das cartas de redatores do século XIX, aspecto este que seria um resquício do gênero de origem: a carta pessoal.

Com base na análise de outras cartas, Silva (2011) levanta ainda outras características das cartas de redatores oitocentistas relacionadas ao caráter de subjetividade. A autora identifica um aspecto sintático que seria bastante relevante no uso de adjetivos: a ordem desses itens em relação aos substantivos que qualificam. Para ela, o uso do adjetivo em posição pré-nuclear promoveria o efeito de dar um valor mais subjetivo ao conteúdo semântico do sintagma nominal. Isso poderia ser observado nos seguintes exemplos, em que os adjetivos estão antepostos aos substantivos:

- (15) [...] comissão encarregada de examinar os *excandalosos* roubos [...] (SILVA, 2011, p. 131).
 (16) V. Ex.^a e o seu Official maior são os *unicos* criminosos [...] (SILVA, 2011, p. 131).
 (17) [...] é do seu *rigoroso* dever [...] (SILVA, 2011, p. 131).
 (18) [...] tem na verdade manchado as cinzas desse *Illuste* General [...] (SILVA, 2011, p. 132).
 (19) [...] o que acreditaremos desses *indignos* procedimentos de V. Ex.^a? (SILVA, 2011, p. 132).

Silva (2011) identifica ainda a manifestação de subjetividade no léxico empregado nas cartas de redatores. Percebe-se, segundo ela, a presença de substantivos que demonstram explicitamente a opinião do locutor, por meio dos quais, por exemplo, se acusam determinados sujeitos. São utilizadas nas cartas palavras de carga semântica bastante subjetiva, tais como “ladrões”, “prevaricador”, “concussionário”, “monarca”, como nos exemplos seguintes – nesses casos, nota-se, inclusive, que essas palavras são escritas com

letras maiúsculas, recurso que expressaria, mais uma vez, a subjetividade explícita do locutor do texto:

- (20) V.Ex.^a, e seu Oficial maior ão, e são os únicos **LADRÕES** [...] (SILVA, 2011, p. 132).
 (21) V.Ex.^a é na verdade um ministro **PREVARICADOR** e **CONCUCIONARIO** (SILVA, 2011, p. 132).
 (22) [...] e quando o não faça nos derigimos posetivamente ao **MONARCHA** [...] (SILVA, 2011, p. 132).

Esses aspectos linguísticos mostram, conclui a autora, que as cartas de redatores do século XIX apresentavam uma subjetividade muito mais explícita do que os editoriais do século XX. Segundo ela, havia, nas cartas de redatores do século XIX, temáticas mais individuais, seguindo modelo semelhante à carta pessoal. Assim, o social seria misturado com o individual, entrando, muitas vezes, em contato com assuntos particulares e, até mesmo, posições políticas dos editorialistas/jornais. As cartas veiculavam, por exemplo, discussões abertas entre editorialistas de diferentes jornais.

Desse modo, as questões discutidas no gênero carta de redator do século XIX ultrapassavam o domínio do político e atingiam o individual. A subjetividade do locutor se tornava mais explícita, sendo essa, na avaliação da autora, justamente a característica mais perceptível do gênero em questão. Essa subjetividade presente nos textos, continua a autora, seria resultante da condição comunicativa de *emocionalidade* do locutor, que seria bastante característica das cartas de redatores do século XIX. Os enunciadores desses textos se envolviam tanto com os temas discutidos por eles, que não possuíam o menor pudor em se utilizar, por exemplo, de elementos lexicais avaliativos que explicitassem essa emocionalidade. Havia, portanto, um *envolvimento de situações e atos* por parte do redator, outra condição comunicativa que determinaria uma proximidade entre locutor e interlocutor nesse texto.

Essa análise da autora de que a subjetividade seria um traço fundamental das cartas de redatores oitocentistas é uma constatação relevante para o nosso trabalho, a qual

converge para o que também apuramos a respeito das cartas que estudamos. Como iremos mostrar em nosso capítulo de análise de dados, uma unidade central de construção textual das cartas se caracteriza justamente por instaurar uma interlocução mais direta com o leitor/assinante do jornal, apresentando um caráter interacional mais acentuado. Esse caráter, inclusive, parece que seria, conforme hipótese que iremos formular adiante, um traço prototípico de cartas de redatores e diferenciador do gênero editorial.

Como se verá, o caráter mais interacional que iremos apontar na unidade central das cartas e que iremos sugerir como hipótese de traço prototípico do gênero carta de redator como um todo em oposição ao gênero editorial não consistirá exatamente no mesmo tipo de subjetividade identificada por Silva (2011), manifestada por meio de adjetivação, uso de substantivos com forte teor subjetivo, conforme resumido acima. Em nossas cartas, o traço interacional que iremos descrever diz respeito mais à existência, em nossas cartas, da instauração de um canal de comunicação mais direto entre redator e leitor/assinante, na medida em que o redator lança mão da carta para se comunicar com o público. De todo modo, acreditamos que a subjetividade identificada por Silva acena numa mesma direção do que iremos mostrar em nossas cartas, o que pode ajudar a reforçar a pertinência de nossas análises. Nesse mesmo sentido, acreditamos também que nossa descrição possa se juntar à da autora, ambas, conjuntamente, podendo contribuir para o entendimento e a caracterização de cartas de redatores oitocentistas e sua comparação com editoriais.

Uma vez sintetizadas as principais características que Silva (2011) identifica nas cartas de redatores oitocentistas, antes de finalizarmos esta seção resumimos também algumas de suas considerações mais específicas sobre a evolução histórica *carta pessoal* > *carta de redator* > *editorial*.

A esse respeito, primeiramente a autora reconhece a noção de *carta* como sendo um gênero geral, que recobriria diferentes tipos específicos de cartas, dentre elas a carta

peçoal e sua evolução para a carta de redator (dentre outras modalidades). Segundo ela, a abrangência do termo *carta* decorreria de esta poder apresentar formas de realização e propósitos diversificados. Assim, não seria possível colocar todos os tipos de carta em uma mesma categoria, uma vez que o conteúdo desse gênero permitiria qualquer tipo de comunicação.

Seria pouco esclarecedor, observa a autora, incluir todas as suas formas sob o rótulo *carta*, pois, com exceção de algumas expressões formulaicas em seções iniciais ou finais, o corpo da carta poderia conter informações a respeito das vantagens de um cartão de crédito, do condomínio ou, ainda, das novidades de um amigo que mora no exterior. Ao remeter a diversos campos de atividades, dependendo da função e em que atividade os participantes estariam engajados (negócios, relações pessoais, burocracia), cada categoria poderia ser analisada como subgênero do gênero carta. Nesse sentido, haveria carta pedido, carta resposta, carta pessoal, carta programa, carta circular, carta aberta, carta do leitor, carta do redator, carta de intimação etc.

Como explica a autora, dependendo do contexto e do domínio discursivo em que circula e dos propósitos a que se destina, a carta receberia diferentes denominações. A variação tipológica seria dada pela variação de lugar, tempo, contexto, remetente-destinatário em suas relações recíprocas, bem como pelas finalidades e uso do gênero. Recorrendo a Marcuschi (2008), a autora considera que tal gênero estaria sempre se adaptando às novas exigências tecnológicas, modificando-se e adequando-se ao contexto de uso, servindo aos mais diversos fins.

Dessa forma, para Silva (2011), a carta seria um gênero que revelaria uma tradição discursiva da língua portuguesa no Brasil, evidenciando uma reorientação, adaptação ou mesmo mudança ao longo do tempo. Assim, de acordo com as necessidades sócio-

comunicativas da época, a carta pessoal, mais tradicional, iria originando outros subgêneros textuais, tais como as cartas de leitores e redatores no suporte jornalístico.

A respeito especificamente do caminho histórico da origem de cartas de redatores em jornais Silva (2011) especula que, com o advento da imprensa, devido à dificuldade de correspondência que existia entre as pessoas até mais ou menos o século XIX, passou a haver a publicação de algumas cartas pessoais nos jornais. Com isso, havia uma maior facilidade na comunicação de pessoas que estavam distantes.

A partir disso, as cartas publicadas teriam começado a servir como um canal pelo qual as pessoas podiam se defender e/ou defender alguma coisa, esclarecer, elogiar, denunciar. Esse processo comunicativo significava a passagem de uma audiência particular – que seria um destinatário específico, característico de uma carta pessoal – para audiências amplas e desconhecidas, no caso, não só os responsáveis pelo jornal, mas também o seu público-leitor. Esse processo desembocaria, então, na constituição das *cartas de leitores*.

Segundo Silva (2011), juntamente com a carta de leitor, surgia, então, a *carta de redator/editor*. Nessas cartas, o redator, como porta-voz de um veículo de comunicação, teria surgido para estabelecer um contato imediato com os leitores. Entretanto, ao longo do tempo, a carta de redator teria passado a atender variados temas e propósitos comunicativos, entre eles: apresentar matérias publicadas sobre temas de interesse nacional, opinar sobre fatos importantes e recentes ocorridos no país ou no mundo, criticar a posição de alguma figura pública.

A partir daí, a carta de redator teria contribuído para a formação do editorial de jornal. A autora afirma que, na evolução da carta de redator para o editorial, a mudança teria acontecido, principalmente, em termos do uso da linguagem, ou seja, a opinião crítica tornou-se mais equilibrada, apresentando um novo estilo e uma nova linguagem mais adequados aos leitores.

Ela ressalta, no entanto, que a carta de redator não teria sido a única fonte de origem do editorial. No século XIX, em que a cartas de redator era típica nos jornais, também havia uma infinidade de outros textos com a finalidade comunicativa de discussão de temas e veiculação de opinião, sem remissão explícita aos redatores, e, na grande maioria das vezes, sem identificação (a ausência de identificação é hoje uma marca de editoriais) – para a autora, essa identificação certamente parecia óbvia, na época, em virtude do suporte material que veiculava o texto e das pistas linguísticas que se encarregavam de referir a autoria ao veículo.

Assim, Silva (2011) assume a visão de que, na raiz do editorial haveria um espaço variacional composto por *artigo editorial*, *artigo de fundo*, *carta de redator*, *prospecto* entre outros tipos de textos. Esse ambiente teria resultado também no espaço variacional do editorial de que se tem conhecimento hoje, o qual englobaria editorial jornalístico, editorial de apresentação, cartas do redator publicadas nas páginas iniciais de revistas etc.

Desse modo, a autor entende, enfim, que a carta de redator, de fato, faria a parte de um percurso *carta pessoal* > *carta de redator* > *editorial*. Mas esse percurso não seria uniforme, homogêneo e isolado de outros gêneros. Mais precisamente, em vez de dizer simplesmente que a carta de redator teria originado o editorial, a visão da autora seria a de que a carta de redator seria um elemento – possivelmente um dos principais – de um conjunto de gêneros que teriam resultado no editorial jornalístico.

Como mencionamos acima, acreditamos que esse cenário histórico em que estariam inseridas as cartas de redatores pode ser elucidativo do funcionamento desse gênero e pode servir como uma contextualização satisfatória para nosso estudo. No capítulo seguinte, desenvolvemos, então, nossa análise de dados de cartas de redatores oitocentistas.

Capítulo II

Análise de dados

Neste capítulo, apresentamos a análise de dados e a sistematização dos resultados de nossa pesquisa. Inicialmente, na seção 2.1, explicamos os procedimentos metodológicos da pesquisa. Em seguida, tratamos da organização tópica das cartas de redatores, discutindo a organização intertópica, em 2.2, e a organização intratópica, em 2.3. Por fim, em 2.4, com base nos resultados identificados, elaboramos uma hipótese sobre o desenvolvimento diacrônico das cartas de redatores.

2.1 Metodologia

Nosso trabalho emprega um método empírico-indutivo, envolvendo a análise de dados extraídos de *corpus* de cartas de redatores e depreensão, a partir dos dados, de regras sobre o funcionamento da organização tópica nesse gênero, no período histórico considerado (século XIX). Trata-se de uma pesquisa de natureza principalmente qualitativa, a qual lança mão também de alguns dados estatísticos simples para identificação das regras gerais de organização tópica e de processos predominantes.

No estudo da organização intertópica, usamos o método da *análise tópica*, definido em Jubran (2006), que prevê a análise textual por meio da verificação, nos textos analisados, das propriedades da *centração* e da *organicidade* tópicos (acima sintetizadas). A aplicação desses critérios permite descrever em detalhes a organização intertópica de um texto, incluindo a identificação da quantidade de tópicos discursivos e SegTs mínimos de um texto, o que permite identificar a predominância do traço de unicidade ou de complexidade

intertópica no gênero em análise. Em se verificando a presença de complexidade intertópica, o traço da organicidade permite a descrição do grau de complexidade.

No nível da organização intratópica, adotamos procedimentos esboçados principalmente em Penhavel (2017), que propõe a identificação de partes e subpartes da estruturação de SegT mínimos mediante o reconhecimento de distinções na manifestação dos traços da propriedade de *centração* tópica, sobretudo *concernência* e *relevância*.

Quanto à *concernência*, a proposta inclui reconhecer uma parte ou subparte dentro de um SegT mínimo mediante o reconhecimento de um conjunto de enunciados entre os quais há um grau de *concernência* mais específico do que a *concernência* geral que une todos os enunciados do SegT mínimo. Ou seja, pela propriedade da *centração*, reconhece-se que todos os enunciados de um SegT mínimo têm *concernência* entre si, uma *concernência* geral que garante a unidade temática dos enunciados do SegT mínimo. Porém, de acordo com o método, seria possível identificar (sub)grupos de enunciados que se particularizam dentro do SegT mínimo por uma *concernência* ainda mais intrínseca. Esses (sub)grupos, caracterizados pelo que poderíamos considerar como momentos de *subcentração* tópica, são trechos textuais que podem, então, vir a constituir unidades da organização intratópica.

Além do recurso do traço da *concernência*, o método inclui também a distinção entre partes do SegT mínimo pelo reconhecimento de partes que apresentem diferentes graus de *relevância* em relação ao tópico nuclear do SegT. Como reza a propriedade da *centração*, um SegT mínimo é um conjunto de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes que são *concernentes* entre si e que estão em *relevância*, em *foco*, num ponto do texto. Diante, então, desse traço, o método admite a possibilidade de reconhecimento, no interior do SegT mínimo, de enunciados que se referem a referentes mais centrais, mais relevantes na construção do tópico comum do SegT, e de enunciados que se referem a referentes mais subsidiários, menos centrais em relação à ideia nuclear do SegT.

Essa diferença de relevância é tomada, no método aqui adotado, como um critério que contribui para distinguir diferentes partes dentro da estruturação de um SegT mínimo.

Quanto ao material de pesquisa, nossa análise utilizou um conjunto de 118 cartas de redatores publicadas em jornais paulistas do século XIX, reunidas em Barbosa e Lopes (2006). Essas 118 cartas constituem o conjunto total de cartas de redatores presentes no material levantado pelos autores. Trata-se de um material disponibilizado como parte do *corpus* do Projeto Caipira II.

Com base nos critérios acima de descrição tópica, analisamos esse conjunto de 118 cartas, procurando identificar princípios comuns de organização tópica, nos níveis inter e intratópico. As regularidades que pudemos depreender seguem, então, descritas e discutidas nas seções seguintes.

2.2 Organização intertópica em cartas de redatores

Quanto ao nível da organização intertópica, apuramos que a grande maioria das cartas de redatores do *corpus* caracterizam-se pela propriedade da unicidade intertópica, isto é, na maioria dos casos (74,5%, 88/118 cartas), cada carta de redator apresenta um único tópico discursivo, compreendendo, portanto, um único SegT mínimo. Desse modo, pode-se dizer que, via de regra, a unicidade intertópica constitui uma propriedade caracterizadora das cartas de redatores oitocentistas.

A Carta em (23) ilustra essa característica:

- (23) Pedimos aos nossos benignos leitores desculpa de algunmas incorrecções que tem apparecido nesta folha. D'ora em diante haverá todo cuidado em corrigir os artigos que tiverem de ser publicados. Uma folha diaria, como a nossa, accarreta immenso trabalho em seu começo, e para superal- o escapão muitas imperfeições, que só o habito e o tempo as irá fazendo desaparecer. || São Paulo – 1854 – Typographia IMPARCIAL de Marques & Irmão (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 486, Correio Paulistano, 07/07/1854 – grifos nossos).

Como se pode notar, a carta toda está centrada no tópico “Incorreções que têm aparecido no jornal”. Há diferentes expressões linguísticas que se referem a esse tópico (grifadas no texto – grifos nossos), as quais são *concernentes* entre si e se distribuem no decorrer de todo o texto como o foco em pauta, atestando a *relevância* desse tópico na construção da carta. Trata-se do único tópico desenvolvido na carta, não sendo possível distinguir um segundo elemento de centração tópica.

A título de ilustração, segue a carta em (24), que também exhibe um único tópico discursivo:

- (24) No dia 20 do próximo passado Novembro se publicou na Villa de São João d’ElRey um Periodico com o titulo = Astro de Minas = Foi-nos enviado por seu Redactor o primeiro numero, que contém o Prospecto, e fomos convidados para a troca de nossas Folhas, que mui gustosamente aceitamos. A Provincia de Minas Geraes ja conta duas Folhas Periodicas, e ambas escriptas no senlido(sic) liberal. Não nos parece mal escripto o — Astro de Minas; e sabemos, que um muito estimavel, e filantropo habitante de São João d’ElRey que ja deu áquella Villa a Biblioteca, que possui, é senão o seu Redactor, ao menos seu protector. Louvores lhe sejam dados. || É uma Typographia, é um Periodico em bom sentido a maior trincheira contra o despotismo. Praza(sic) aos Ceos, que cheguemos a vêr uma Imprensa em cada logar em que houver uma authoridade. || O Redactor. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 421, Correio Paulistano, 15/12/1827 – grifos nossos).

Essa carta encontra-se inteira centrada no tópico *Publicação do novo periódico “Astro de Minas”*. Do início ao fim da carta, há expressões concernentes entre si que evocam esse tópico, o qual, justamente por essas expressões, é colocado em foco no decorrer de todo o texto. Não se nota a finalização do foco sobre esse tópico e a passagem à focalização de um segundo tópico na carta, de modo que se pode afirmar que esse é o único tópico desenvolvido, o que atesta a propriedade da unicidade tópica nesse exemplo – as demais cartas que discutiremos no decorrer deste trabalho ilustrarão também o traço da unicidade intertópica.

A identificação desse traço constitui uma primeira caracterização que nosso trabalho propicia sobre o funcionamento da organização tópica nas cartas de redatores oitocentistas. Como mencionamos, em 88 cartas dentre as analisadas, identificamos esse

traço. Como essa quantidade de cartas representa um percentual alto em relação ao conjunto total de cartas de redatores do *corpus* do Projeto de História do Português Paulista (74,5%, 88/118 cartas), avaliamos que a unicidade intertópica pode ser descrita como um traço caracterizador das cartas de redatores.

A unicidade intertópica significa que, num gênero textual assim caracterizado, cada texto é dedicado especificamente, pontualmente, ao tratamento de uma única questão, de um único tema. Nesse caso, os textos não servem ao propósito de discussão de diferentes questões, ou mesmo de diferentes aspectos de uma questão, mas se circunscrevem à abordagem de um único tópico. E, de fato, é esse tipo de situação que podemos observar nas cartas de redatores em análise. Em cada carta, o redator cumpre o propósito de dirigir uma mensagem particular aos leitores/assinantes, atendo-se à veiculação dessa única mensagem.

Esse traço da unicidade intertópica verifica-se também, por exemplo, em cartas de leitores de jornais, conforme mostram Guerra (2017), que analisa cartas de leitores paulistas oitocentistas, e Oliveria (2016), que analisa cartas paulistas atuais. Nesse caso, segundo as autoras, em cada carta normalmente o escrevente também focaliza uma única questão, não se estendendo por uma discussão maior, resultando na construção de um único tópico discursivo. Já no caso, por exemplo, de editoriais de jornais, os textos, via de regra, contêm mais de um tópico. Penhavel e Guerra (2016) mostram esse traço de complexidade intertópica em editoriais de jornais paulistas do século XIX, e Garcia (2018) demonstra sua ocorrência em editoriais de jornais paulistas atuais. Assim, pode-se ver que as propriedades de unicidade e complexidade intertópicas constituem uma das características que podem diferenciar os gêneros entre si, podendo a unicidade ser entendida como uma característica das cartas de redatores aqui em análise.

Para ajudar a evidenciar o traço da unicidade intertópica, reproduzimos abaixo um editorial de jornal paulista do século XIX, analisado em Penhavel e Guerra (2016) – a

oposição em relação ao que se vê nas cartas de redatores pode ajudar a explicitar os traços de unicidade e complexidade intertopicas:

(25) Assumpto importante

[[SegT mínimo 1]] Ha cerca de um mez, o *Jornal do Commercio*, em uma das suas correspondencias extrangeiras, trouxe ao conhecimento do paiz o facto de uma vasta emigração de russos, demandando nossas terras.

Dizia o correspondente, que nada menos de 500 a 600 mil russos, de procedencia allema, descontentes do lugar em que se acham e desejosos de melhorar sua situação, procuravam e esperavam encontrar no Brazil um estabelecimento que podesse prosperar, estimulado pelo trabalho e esforço de tão abundante população.

Já uma pequena porção desses homens, perto de mil, se estabelecera na provincia do Rio Grande do Sul, dando preferencia a essa provincia brazileira, em virtude dos grandes e férteis campos, de que é quasi toda formada.

Esse pequeno nucleo foi, porém, infeliz. A terrivel secca que, flagellou aquella provincia, esterilizou-lhes o trabalho, de modo que procuram hoje no paiz outro ponto onde possam estabelecer-se.

Segundo consta-nos, preferem esses homens campos á mattas virgens—em virtude da maior facilidade que encontram em rotear a terra sem arvores, e sem tócos.

[[SegT mínimo 2]] Estas circumstancias fazem-nos pensar que a provincia de S. Paulo está em excellentes condições de ser lembrada para o estabelecimento de um numeroso nucleo desses futuros brazileiros.

Existem aqui vastissimos campos de excellentes terras, collocados irregularmente em quasi todos os pontos da provincia.

Esses campos são em grande parte atravessados por estradas de ferro, ou acham-se pouco adiante das suas actuaes estações terminaes.

Assim para os lados e defronte da estrada sorocabana, demoram immensas extensões de campinas que, estimuladas pelo trabalho do homem, tornam-se bastante productivas.

Nas vizinhanças das linhas Ituana e Paulista, dá-se a mesma circumstancia.

Em Áraquara a fecundidade das campinas é tal, que basta prepara-las ligeiramente para produzirem magnificamente arroz, feijão, milho e outros cereaes.

Dentro em pouco serão esses campos atravessados por uma linha ferrea construida ou pelo governo em demanda do Matto Grosso, ou pela companhia Paulista, para dar exportação ás importantes localidades de S. Carlos de Pinhal e Araraquara.

A estrada Mogyana atravessa o vasto territorio de *Casa Branca*, cujos campos de terra vermelha gosam de grande reputação de fertilidade.

Segundo lavradores intelligentes e observadores, a produção dos terrenos de campos é menor que a das mattas em igual qualidade de terra, unicamente por ser o chão delles mais pisado, e portanto mais duro.

Removido este inconveniente, seriam sumamente productivos nossos campos de terras boas.

Demais, são elles os unicos terrenos cujos preços são accessiveis a bolsas pouco ricas—como necessariamente devem ser as dos imigrantes.

Assim, a fertilidade de nossas terras, seu baixo preço, a facilidade de exportação pelos caminhos de ferro que já cortam esta provincia, a amenidade de seu clima, abrem margem a considerações que actuarão sobre o espirito dos immigrants que procuram estabelecimento, justamente nas condições que lhes podemos apresentar.

[[SegT mínimo 3]] Pelo que dizem os que se julgam bem informados, este largo movimento imigratorio verdadeiro exodo de russos allemães começará desde Maio do corrente anno, e durará até 1880.

Não temos portanto tempo a perder. Urge que nossos representantes e nosso governo facilitem essa corrente, e a encaminhem para cá, se a julgam vantajosa, como nós a julgamos.

Da mesma sorte, deve o governo provincial, providenciar no sentido de caber a esta provincia, em condições mais vantajosas que outras, grande parte desses homens que querem e procuram trabalho.

Entretanto seja-nos permittido perguntar :

Que medidas ja foram tomadas como meio de encaminhar essa gente ás nossas piagas ?

Os representantes do paiz sabem alguma | cousa a este respeito ?
 O que sabemos sobre o assumpto, chegou- | nos por correspondencia estrangeira ; muito | poucas gazetas têm fallado sobre elle ; mas | illudidos talvez, nós pensamos que esta ques- | tão interessa mais o paiz do que pequenos | tiroteios de politica rethorica.
 Não queremos fazer opposição, nem nos- | sas reflexões tem esse character.
 Em vez de incommodar o governo, deseja- | mos pelo contrario applainar-lhe o terreno, | trazendo para a discussão, o facto, com o fim | de esclarece-lo, e popularizando a ideia, fa- | cilitar a missão governamental, que encon- | trará no seio da população seu mais poderoso | auxiliar.
 Entendemos que ha um só partido neste | caso—o partido dos brasileiros que desejam | a prosperidade da patria.
 Não se trata do interesse de conservadores | ou de liberaes, ou de republicanos—trata-se | da felicidade publica—e todos a queremos.
 Urge que o governo diga ao paiz o que | tem feito, e o que conta fazer : como pensa | emfim sobre o assumpto (Editorial *Assumpto importante*, jornal *A Província de São Paulo*, 02/03/1877, (PENHAVEL; GUERRA, 2016, p. 20-21)).

De acordo com Penhavel e Guerra (2016), esse editorial apresentaria o tópico discursivo global *Recente imigração russa para o Brasil*, que estaria dividido em dois subtópicos: *Destinos da imigração russa para o Brasil* (desenvolvido nos SegTs mínimos 1 e 2) e *Necessidade urgente de o governo apoiar a imigração russa para a Província de São Paulo* (desenvolvido no SegT mínimo 3). O primeiro desses subtópicos, por sua vez, estaria subdividido em outros dois tópicos mais específicos: *Desejo de imigrantes russos de instalação no Brasil e insucesso em tentativa de estabelecimento no Rio Grande do Sul* (correspondente ao SegT mínimo 1) e *Condições excelentes da Província de São Paulo para estabelecimento dos imigrantes russos* (correspondente ao SegT mínimo 2).

Os autores representam a organização intertópica hierárquica desse editorial conforme o esquema abaixo:

- (26) Tópico global: *Recente imigração russa para o Brasil*.
 Tópico 1: *Destinos da imigração russa para o Brasil*.
 Tópico 1.1: *Desejo de imigrantes russos de instalação no Brasil e insucesso em tentativa de estabelecimento no Rio Grande do Sul*.
 Tópico 1.2: *Condições excelentes da Província de São Paulo para estabelecimento dos imigrantes russos*.
 Tópico 2: *Necessidade urgente de o governo apoiar a imigração russa para a Província de São Paulo* (PENHAVEL; GUERRA, 2016, p. 21)).

É possível notar muitas diferenças entre uma carta de redator e um editorial, como o exemplificado acima, mas certamente uma das diferenças reside justamente na oposição entre a carta, muito menos extensa, na qual o redator dirige uma mensagem ao leitor/assinante

sobre um único tópico, resultando no traço da unicidade intertópica, *versus* o editorial, mais extenso, dedicado à discussão de diferentes tópicos e/ou de diferentes aspectos de um dado tópico, o que é codificado num texto marcado por complexidade intertópica.

O propósito deste nosso trabalho concentra-se na descrição, em si, da organização tópica das cartas de redatores oitocentistas, no caso desta seção, na descrição do nível intertópico, não contemplando a análise diacrônica propriamente e a comparação com editoriais. Nosso objetivo é oferecer a análise das cartas de redatores para possibilitar que outros trabalhos possam estabelecer essa comparação. Por essa razão, não chegamos a avançar nossa análise na direção da análise diacrônica e da comparação entre os gêneros.

De todo modo, o cotejo acima esboçado, embora vise tão somente à elucidação da propriedade da unicidade intertópica, permite apontar que, na análise da hipótese de que editoriais teriam resultado de cartas de redatores, um ponto seria justamente explicar como um gênero caracterizado pela unicidade intertópica teria se expandido para um gênero marcado pela complexidade intertópica. Como veremos na seção seguinte, algumas cartas de redatores, além de veicularem uma mensagem aos leitores/assinantes, contêm adicionalmente uma discussão sobre essa mensagem. Nossa hipótese a esse respeito seria a de que, por meio dessa discussão feita nas cartas, os redatores teriam encontrado um canal para a discussão de questões e para a veiculação de sua opinião, o que desembocaria no editorial, gênero especificamente direcionado para a veiculação da opinião do jornal. Como a parte das cartas de redatores que veicula opinião constitui, segundo nossa análise, uma parte da organização intratópica, deixaremos para retomar essa questão da evolução de cartas de redatores em editoriais mais adiante.

2.3 Organização intratópica em cartas de redatores

Conforme exposto anteriormente, o segundo objetivo da nossa pesquisa de mestrado consistiu em investigar a organização intratópica das cartas de redatores, para averiguar se haveria uma regra geral de organização intratópica e, em caso afirmativo, descrever essa regra. Nossa hipótese foi a de que, a exemplo do que vem sendo identificado em outros gêneros textuais, essas cartas apresentariam, sim, regularidade de organização intratópica, exibindo uma (ou mais de uma) regra geral de organização intratópica.

Em consonância com nossa hipótese, a pesquisa revelou a existência de uma regra geral. Trata-se de um mesmo esquema geral (um padrão, um modelo) de organização intratópica que encontramos em 68,5% das cartas do *corpus* analisado (81/118 cartas). Seguindo o mesmo princípio quantitativo que nos permitiu identificar a unicidade intertópica como um traço caracterizador das cartas, também consideramos que esse percentual é expressivo o bastante para admitir tal esquema de organização intratópica como uma regra geral no gênero em apreço.

Nesta seção 2.3, discutimos, então, essa regra geral de organização intratópica. Em 2.3.1, descrevemos a regra, mostrando quais são as unidades de organização intratópica das cartas e como essas unidades se combinam; em 2.3.2, identificamos características linguísticas que distinguem essas unidades intratópicas entre si.

Cabe esclarecer que todas essas 81 cartas que exibiram um mesmo padrão de organização intratópica contêm, cada uma, um único tópico, isto é, essas 81 cartas encontram-se dentro das 88 cartas que apresentam unicidade intertópica (acima relatadas). Assim, nesta seção, nossa análise da organização intratópica (isto é, da organização interna de SegTs mínimos) coincide com a análise da estruturação interna das próprias cartas inteiras e, desse modo, no decorrer desta seção 2.3, na maioria das vezes, por uma questão de simplificação de

redação, nos reportaremos à organização intratópica em termos da organização da própria carta.

2.3.1 Regra geral de organização intratópica

De acordo com a regra geral de organização intratópica que identificamos, as cartas podem apresentar até três unidades intratópicas, que chamamos de *Contextualização Tópica*, *Elaboração Tópica* e *Expansão Tópica* – conforme explicaremos mais adiante, a *Elaboração* sempre ocorre, enquanto as outras duas unidades são opcionais.

A *Contextualização* é uma parte inicial da carta, que cumpre a função de introduzir o tópico focalizado no decorrer da carta e/ou a função de fornecer informações de fundo, necessárias para o desenvolvimento do tópico no restante da carta.

A *Elaboração Tópica* é uma unidade com a função de dirigir, mais diretamente, alguma mensagem aos leitores/assinantes, normalmente uma mensagem relativa ao funcionamento ou à editoração do próprio jornal; especificamente, é uma unidade pela qual o redator dirige-se aos leitores/assinantes para comunicar fatos, fazer solicitações, firmar compromissos ou expressar sentimentos (desculpas, agradecimentos, congratulações). Essa parte da carta envolve, por exemplo, comunicados sobre locais e valores de assinatura e venda dos jornais, solicitações de pagamento de assinaturas em atraso, pedidos de desculpas pela não-publicação de certas cartas de leitores etc.

Já a unidade de *Expansão Tópica* tem a função de discutir a mensagem dirigida aos leitores/assinantes na unidade de *Elaboração*. Trata-se de uma discussão que envolve, por exemplo, a argumentação sobre a publicação ou não de cartas de leitores.

A carta em (27), inteira constituída pela *Elaboração Tópica*, ilustra essa unidade:

- | | | |
|------|--|------------------|
| (27) | Aviso As assignaturas para o Farol Paulistano, e a venda do mesmo, farse hão d'ora em diante na mesma casa, onde trabalha a typographia, rua de São José número 33 e ahi acharão os Senhores que quizerem subscrever ou tractar de qualquer objecto relativo a esta folha, as pessoas que estão para isso autorizadas. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 405, Farol Paulistano, 25/04/1827). | 1
2
3
4 |
|------|--|------------------|

Essa carta delimita-se a comunicar aos leitores o local para assinatura e venda do jornal, bem como para tratamento de qualquer assunto relativo ao periódico, realizando, assim, o que consideramos como a função de comunicar fatos, no caso sobre o funcionamento do jornal. Observe-se que esse comunicado toma a carta inteira. Desse modo, consideramos que, num caso desse tipo, a carta conteria unicamente a unidade de Elaboração.

As cartas de (28) a (31), que igualmente contêm apenas essa unidade, servem também para ilustrá-la:

- | | | |
|------|--|------------------|
| (28) | Podemos affiançar ao respeitavel público, que esta Correspondencia váe fielmente tal qual nós foi entregue. (O Redactor). (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 425, Farol Paulistano, 14/01/1830). | 1
2 |
| (29) | Declaramos, em homenagem é verdade, que o <i>Senhor</i> Quartim não é auctor de escripto algum publicado na typographia do “Correio Paulistano”, relativamente aos negocios do theatro. A Redacção. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 490, Correio Paulistano, 02/08/1854). | 1
2
3 |
| (30) | Rogamos aquelles dos nossos assignantes do interior que nos estão a dever suas assignaturas o obzequio de mandar satisfazel-as; assim como igualmente rogamos áquelles que estão com suas assignaturas findas, ou quasi a findar hajão de mandar renoval-as para não haver demora na remessa. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 498, Correio Paulistano, 1855). | 1
2
3
4 |
| (31) | Asseguramos ao communicante supra que publicaremos a exposição do facto a que allude, uma vez que seja escripta em linguagem decente embora energica, e que venha acompanhada da responsabilidade legal. A Redacção. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 499, Correio Paulistano, 1855). | 1
2
3 |

Todas essas cartas realizam o que definimos acima como sendo a função geral da unidade de Elaboração, que seria dirigir uma mensagem aos leitores/assinantes, de forma mais direta (do que o que é enunciado na Contextualização e/ou na Expansão). Especificamente, as cartas em (28) e (29) comunicam fatos, particularmente acerca da editoração do jornal: a primeira informa uma decisão do jornal sobre a publicação de uma determinada carta, e a

segunda comunica um esclarecimento sobre a autoria de publicações. A carta em (30) dirige aos assinantes uma solicitação a respeito do pagamento de suas assinaturas. Já em (31), o redator compromete-se a publicar determinada matéria. Em todos esses casos, a carta inteira é preenchida com o que estamos considerando como sendo o direcionamento de uma mensagem mais direta ao leitor/assinante, o que nos leva a reconhecer nesses textos apenas a unidade de Elaboração.

Já a correspondência em (32) apresenta as unidades de Elaboração e Expansão Tópica:

(32)	Rogamos a todos os Cidadãos nos queirao illustrar com seus talentos e lembranças, que todos aceitaremos; e publicaremos, vindo na forma que a lei, a decencia, e moderação exigem.	1 2
	Nada podem temer os particulares da nossa folha. Nós sabemos os limites da liberdade de escrever. Pouco tem o periodista com os particulares. É o interesse geral quem nos dirige; é elle a nossa meta, a ella só tiramos. Não será a nossa folha enxovalhada com expressões afrontosas nem ainda menos decentes. Recolhidos no fundo do nosso gabinete, teremos por guia a moderação, o decoro, a civilidade, e a decência. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 395, Farol Paulistano, 07/02/1827).	3 4 5 6 7

Nas linhas 1 e 2, o redator solicita que os cidadãos enviem escritos ao jornal e compromete-se a publicá-los desde que atendam a certas condições, nomeadamente a alegados preceitos da lei, da decência e da moderação. Essas linhas perfazem, assim, o que seria a unidade de Elaboração Tópica. Já o segmento restante trata de *discutir* a imposição de tais condições. Nessa parte, o redator argumenta que elas estariam ajustadas, dentre outras diretrizes, ao compromisso do jornal com interesses gerais, não particulares, e que as ações do jornal seriam guiadas por moderação, decoro, civilidade e decência. Esse trecho entre as linhas 3 e 7 constituiria, assim, uma unidade de Expansão Tópica.

Como se pode perceber, a unidade de Elaboração expressa uma interlocução mais direta e explícita com o leitor. Seria a parte da carta em que o redator expressa o que tem de ser transmitido ao leitor (comunicado de decisões do jornal, solicitação de pagamento,

agradecimento, pedido de desculpas etc.). Já a Expansão seria uma *unidade extra*, em que o redator discute a mensagem transmitida ao leitor.

A correspondência em (33) também mostra as unidades de Elaboração e Expansão:

- | | | |
|------|---|-----------------------|
| (33) | Agradecemos sobre maneira ao <i>Senhor</i> Correspondente os elogios que a sua bondade e o patriotismo nos quis prodigalizar; mas muito mais lhe agradecemos a sua assignatura para a sociedade proposta pelo Sertanejo em nosso <i>número</i> precedente. | 1
2
3 |
| | Não farão baldadas nossas esperanças; pois ja nos estão promettidas bem [ilegível] trinta acções nestes cinco dias, e não duvidemos que na Provincia muito exceda de cem, e cremos que ainda nesta Semana teremos alguma reunião para nos atermos ao melhor meio de promover tão util estabelecimento e dar lhe o maior e mais efficaz andamento. | 4
5
6
7
8 |
| | (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 399, Farol Paulistano, 14/03/1827) | |

Nesse caso, as linhas de 1 a 3 expressam agradecimento a um cidadão por elogios que teria dirigido ao jornal e por sua assinatura a uma determinada sociedade proposta no jornal. Por veicular essa interlocução mais diretamente endereçada a um destinatário (no caso, um agradecimento), esse trecho efetivaria uma unidade de Elaboração Tópica. Já o restante da carta propicia uma discussão sobre tal sociedade, abordando as perspectivas de apoio a tal empreendimento e de seu sucesso, o que atribuiria ao trecho em pauta o estatuto de unidade de Expansão.

A carta em (23) – transcrita acima para ilustrar a propriedade da unicidade intertópica – também contém as unidades de Elaboração e Expansão. A título de ilustração, reproduzimos novamente essa correspondência, em (34) abaixo, destacando agora a distinção entre essas duas unidades:

- | | | |
|------|---|-------------|
| (34) | Pedimos aos nossos benignos leitores desculpa de algunmas incorrecções que tem apparecido nesta folha. D’ora em diante haverá todo cuidado em corrigir os artigos que tiverem de ser publicados. | 1
2 |
| | Uma folha diaria, como a nossa, accarreta immenso trabalho em seu começo, e para superal- o escapão muitas imperfeições, que só o habito e o tempo as irá fazendo desaparecer. São Paulo – 1854 – Typographia IMPARCIAL de Marques & Irmão (BARBOSA & LOPES, 2002, Carta 486, Correio Paulistano, 07/07/1854 – grifos nossos). | 3
4
5 |

Nessa carta, as linhas 1 e 2 formulam um pedido de desculpas e firmam um compromisso do jornal com os leitores, instaurando, assim, uma unidade de Elaboração Tópica. Já as linhas de 3 a 5 expressam uma avaliação do redator sobre o tópico que foi objeto das desculpas e do compromisso firmado, perfazendo, desse modo, uma unidade de Expansão.

A carta em (35), por sua vez, permite observar o que estamos considerando como unidade de Contextualização Tópica:

(35)	ANNUNCIO Com este <i>Número</i> finda-se a subscrição do 1º. trimestre.	1
	Os <i>Senhores</i> que quizerem honrar-nos com a sua assignatura d'aqui por diante, faraõ saber isto mesmo na Officina de Typographia, a fim de que se lhes continue a remessa dos <i>Números</i> seguintes. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 409, Farol Paulistano, 30/06/1827)	2 3 4

Nas linhas de 2 a 4, comunica-se a definição do local onde deve ser informado o interesse pela assinatura do jornal, a partir de determinada data. Trata-se, pois, de um comunicado sobre uma decisão acerca do funcionamento do jornal, o que configura o trecho como uma unidade de Elaboração Tópica. Observe-se que, antes disso, na linha 1, a carta expõe (relata) uma informação que pode ser interpretada como uma informação de fundo, que contextualiza o comunicado seguinte do jornal. É esse tipo de parte da carta que estamos chamando de Contextualização Tópica.

A Contextualização seria uma parte da carta que apresenta o contexto no qual se insere a mensagem transmitida na Elaboração, podendo funcionar como uma justificativa para a mensagem, como parece ser o caso na carta em (35). Seria uma unidade com uma função que se poderia chamar também de *preparação*.²

² A propósito, a noção de *contextualização* aqui pensada é similar à relação de *preparação* da Teoria da Estrutura Retórica (MANN; THOMPSON, 1988), em que um enunciado satélite serve para preparar o leitor para prever e interpretar as informações que virão na sequência, num enunciado nuclear.

A carta em (36) também contém a unidade que estamos considerando como

Contextualização Tópica:

- | | | |
|------|---|-------------|
| (36) | Tem feito bastante bulha no Rio de Janeiro o chamamento da Astréa a Jurados, por causa da correspondencia assignada = Espreitor = que nós transcrevemos innocentissimamente em nossa Folha, julgando-a, como ainda a julgamos innocentissima. | 1
2
3 |
| | No proximo seguinte <i>Número</i> seremos mais extensos sobre este objecto de muito publico, muito geral, e muito transcendente interesse. O Redactor. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 419, Farol Paulistano, 15/12/1827). | 4
5 |

Aqui, nas linhas de 1 a 3, o redator expõe um fato relativo ao jornal, no caso, a repercussão da convocação de um cidadão a júri, devido à publicação de uma correspondência desse cidadão no periódico. Em seguida, nas linhas 4 e 5, o redator firma um compromisso editorial a esse respeito, prometendo que, em número futuro, o assunto será abordado mais extensamente. Em outros termos, pode-se dizer que, nesse caso, o primeiro trecho introduz um tópico (*A convocação de Astréa a júri*), contextualizando-o, ao passo que o segundo dirige, então, ao leitor uma mensagem sobre tal tópico. Assim, o primeiro trecho seria uma unidade de Contextualização enquanto o segundo, uma unidade de Elaboração Tópica.

A Contextualização seria uma unidade em que se relata que *existe uma situação x*; já na Elaboração, enuncia-se que *a respeito dessa situação x, o jornal diz ao leitor o seguinte (...)*. A carta em (37) também mostra as unidades de Contextualização e Elaboração, evidenciando, aliás, essa relação entre elas:

- | | | |
|------|---|------------------|
| (37) | Pàra em nosso poder uma correspondencia, cujo illustre Autor se intitula = Inimigo de quem ralha... ... = que não inserimos por não vir com os requisitos precisos para nos desligarem de toda a responsabilidade, e por outros motivos que de viva voz estamos prompts a communicar, a quem vier recebêl a de nossa mão. | 1
2
3
4 |
| | Por occasião d'isto prevenimos a todos os Senhores, que se dignarem dirigir-nos suas correspondencias, e que não forem particularmente de nós conhecidos, que fação reconhecer as suas assignaturas, ou no mesmo papel que contiver a correspondencia, ou em outros avulso. O Redactor. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 404, Farol Paulistano, 25/04/1827). | 5
6
7
8 |

Nesse caso, as linhas de 1 a 4 relatam um fato pertinente ao jornal, a saber, a não-publicação de uma dada correspondência por falta de adequação às condições editoriais. As linhas seguintes, então, enunciam uma mensagem do jornal a esse respeito, ressaltando a necessidade de que as correspondências sejam encaminhadas com as devidas assinaturas. Ou seja, a primeira parte introduz e contextualiza um tópico – a necessidade de correspondências de leitores atenderem a condições editoriais para publicação – e a segunda parte dirige uma mensagem sobre esse tópico aos leitores. Desse modo, analisamos a carta em foco como tendo uma unidade de Contextualização (linhas 1-4) e uma unidade de Elaboração Tópica (linhas 5-8).

Em nossa pesquisa, identificamos cartas de todas as combinações logicamente possíveis entre as três unidades intratópicas, quais sejam, (i) cartas apenas com a unidade de Elaboração, (ii) cartas com Contextualização e Elaboração, (iii) com Elaboração e Expansão, assim como (iv) cartas com as três unidades. Naturalmente, não identificamos cartas apenas com Contextualização, apenas com Expansão ou apenas com a sequência de Contextualização e Expansão, tendo em vista que tais combinações logicamente não seriam coerentes, uma vez que, conforme aqui identificadas essas unidades, a Elaboração seria nuclear, essencial na carta, as outras duas unidades funcionando, quando ocorrem, a serviço da Elaboração (no caso da Contextualização) ou como um desdobramento da Elaboração (no caso da Expansão).

As três primeiras combinações que acabamos de listar foram ilustradas nos exemplos anteriores. Em (38) segue uma carta que contém a quarta combinação mencionada, que prevê o sequenciamento das três unidades em pauta:

- (38) AO PUBLICO. || O CORREIO PAULISTANO mudou de redacção. Os novos escriptores 1
 possuindo todos os elementos para discutirem convenientemente os interesses publicos, e livres da 2
 influencia do poder, encelão hoje a sua missão cheios de vida e confiança no concurso dos 3
 paulistas, afins de espancar-se a esterelidade que vae dominando a nossa época. 4
- Nestas circunstancias fazem um appello ao patriotismo e dedicação dos seus amigos do interior 5
 afin de que lhes forneção todas as noticias que por sua natureza devão ser levadas ao conhecimento 6
 do governo provincial, de modo a tornar-se a folha um verdadeiro orgão dos interesses publicos. || 7

Na actualidade, em que as discussões políticas estão paralisadas, e que não convem mesmo 8
 desportar-as, parece ocasião oportuna de discutir-se os melhoramentos publicos, bem como os 9
 actos ao funcionarios, que aproveitando-se do marasmo da imprensa pódem encelar o caminho 10
 livre da inercia e do arbitrio. || A NOVA REDACÇÃO (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 505, 11
 Correio Paulistano, 29/07/1857).

De acordo com nossa interpretação, essa carta conteria as três unidades possíveis de organização intratópica. Nas linhas de 1 a 4, relata-se um fato, no caso o fato de que a redação do jornal teria mudado e os novos escritores estariam iniciando naquela data seu trabalho. Em seguida, da linha 5 à 7, diante do fato exposto, é feita uma solicitação, a de que os cidadãos do interior forneçam ao jornal notícias relevantes para serem publicadas. Assim, como o primeiro trecho expõe um fato, e o trecho seguinte veicula uma solicitação sobre esse fato, eles podem ser entendidos, especialmente por essa interpretação relacional entre si, como Contextualização e Elaboração, respectivamente. Afinal, como definimos acima, na Contextualização relata-se que *existe uma situação x* e, na Elaboração, enuncia-se que, *a respeito dessa situação x, o jornal diz ao leitor o seguinte (...)*. A propósito, nessa carta, é inclusive interessante notar que a unidade que interpretamos como Elaboração é introduzida justamente pela expressão “Nestas circunstancias”, a qual explicita que o trecho aí iniciado toma o trecho anterior como um contexto de base, em relação ao qual o jornal está dirigindo uma mensagem ao leitor/assinante.

Na sequência, da linha 8 à 11, a carta contém uma avaliação referente à solicitação feita. Passagens como “não convem”, “parece ocasião oportuna” e “pódem encelar” evidenciam o caráter avaliativo dessa parte da carta, a qual pode ser, assim, perfeitamente caracterizada como uma unidade de Expansão.

A tabela 1 abaixo mostra os dados quantitativos das quatro possíveis combinações de unidades intratópicas:

Tabela 1: Tipos, percentuais e quantidades de combinações entre unidades intratópicas

Combinações de unidades intratópicas	Percentuais e quantidades
Elaboração	36% (29/81 cartas)
Contextualização-Elaboração	27% (22/81 cartas)
Elaboração-Expansão	27% (22/81 cartas)
Contextualização-Elaboração-Expansão	10% (8/81 cartas)

Como se pode notar, há uma predominância de cartas que veiculam apenas a unidade de Elaboração, um percentual um pouco menor de cartas com Contextualização e Elaboração e de cartas com Elaboração e Expansão, e um percentual já bem mais baixo de cartas que contêm as três unidades.

Dentre outras constatações que podem ser depreendidas desses dados, uma observação crucial é que eles parecem mostrar o que seria a finalidade sociocomunicativa fundamental das cartas de redatores analisadas, que seria a finalidade de dirigir, de forma direta, uma mensagem aos leitores/assinantes, propósito materializado na unidade de Elaboração.

Essa finalidade pode ser depreendida naturalmente da presença da unidade de Elaboração em todas as cartas que se encaixam num padrão geral de organização intratópica. Além disso, e de modo talvez até mais indicativo desse fato, pode-se notar a superioridade expressiva de cartas que não contêm a unidade de Expansão: as cartas sem Expansão (isto é, com Elaboração ou com Contextualização e Elaboração) somam 63%, enquanto as cartas que apresentam Expansão (cartas com Elaboração e Expansão e cartas com as três unidades) somam 37%.

A presença/ausência da unidade de Expansão na carta parece-nos muito significativa em termos da identificação da finalidade sociocomunicativa do gênero. A Elaboração, que, por ocorrer em todas as cartas, pode ser vista como a unidade central, principal do gênero, tem a função de dirigir uma mensagem ao leitor/assinante. Ou seja, trata-

se da unidade que funciona como o canal mais direto de interlocução, de diálogo, de comunicação, entre o jornal/redator e o leitor/assinante. A Expansão, por sua vez, parece acrescentar à carta um propósito consideravelmente ampliador, que é o propósito da discussão, da argumentação, da manifestação de opinião, o que já parece aproximar a carta de redator de outros gêneros tipicamente opinativos, como o editorial.

Desse modo, a presença de Elaboração em todas as cartas do padrão geral e a presença de Expansão em um percentual relativamente baixo parecem indicar que o propósito fundamental do gênero seria aquele expresso na Elaboração, a saber, o propósito de transmitir uma mensagem ao leitor/assinante, particularmente um propósito de caráter mais informativo, interpelativo/instrucional e expressivo. Seria, assim, possível pensar que a carta de redator prototípica seria aquela que não contém Expansão.

A presença de Expansão em parte das cartas, embora não descaracterize o texto como sendo uma carta de redator na medida em que essa unidade coocorre com a Elaboração, já permite perceber uma aproximação desse gênero com outros gêneros fundamentalmente argumentativos como o editorial, aproximação que pode ser pensada tanto em termos sincrônicos, quanto diacrônicos, na mesma linha formulada por Silva (2011), para quem o gênero editorial teria se originado, em boa medida, a partir de cartas de redatores.

Nas próximas seções, depois de discutirmos aspectos linguísticos particularizadores das unidades intratópicas, retomaremos essa discussão sobre a caracterização das cartas em termos de prototipicidade e sobre a relação das cartas com o gênero editorial.

Na presente seção, tivemos a meta, então, de descrever as unidades constituintes do que consideramos ser a regra geral de organização intratópica das cartas, podendo agora sintetizar essa regra. A esse respeito, como explicado, de um total de 118 cartas componentes do nosso *corpus*, apuramos que, em 81 delas, a organização intratópica está assentada na

combinação das três unidades aqui em foco. Tendo em conta que essa amostra constitui um montante expressivo do conjunto total de cartas, 68,5%, pode-se considerar que a combinação dessas três unidades constitui um padrão, ou regra geral, de organização intratópica no gênero em estudo.

Considerando que a Elaboração verifica-se em todas as cartas desse padrão, que a Contextualização e a Expansão são opcionais, que as cartas podem conter uma ou as duas unidades opcionais e que as três unidades seguem a ordenação sequencial Contextualização-Elaboração-Expansão, pode-se enunciar a regra geral nos seguintes termos: *em cartas de redatores de jornais paulistas do século XIX, a organização intratópica prevê a construção de uma unidade de Elaboração Tópica, a qual pode ser antecedida por uma unidade de Contextualização Tópica e/ou seguida de uma unidade de Expansão Tópica.*

Essa regra geral pode ser representada pela fórmula seguinte, em que as abreviaturas *C*, *El* e *Ex* referem-se, respectivamente, às unidades de Contextualização, Elaboração e Expansão, e o sinal de parênteses indica opcionalidade de ocorrência:

(39) Carta de redator → [(C) El (Ex)]

De acordo com nosso entendimento, as três unidades reconhecidas constituem unidades de natureza tópica, na medida em que representam fases (uma essencial e duas potenciais) do desenvolvimento do tópico discursivo de uma carta: inicialmente, a carta pode conter uma unidade de Contextualização, que introduz e/ou contextualiza um tópico; uma vez exposto o tópico, a carta enuncia, na sequência, uma unidade de Elaboração, que, então, dirige ao leitor/assinante uma mensagem sobre o tópico apresentado anteriormente – ou pode, ainda, a carta iniciar-se já diretamente com a formulação da mensagem, dispensando apresentação

prévia; finalmente, já elaborada a mensagem, a carta pode ser concluída com uma avaliação sobre o tópico/comunicado, expressa numa unidade de Expansão.

Além disso, o caráter tópico da distinção entre as três unidades em questão também se revela na medida em que essas unidades manifestam diferentes graus de relevância na construção da carta. Recorde-se que a propriedade da *centração* (uma das propriedades caracterizadoras da organização tópica) compreende três traços específicos: *concernência*, *relevância* e *pontualização*. Assim, ao apontarmos que as três unidades intratópicas apresentam graus diferentes de relevância, estamos nos reportando ao traço da relevância constitutivo da *centração* tópica.

A nosso ver, a unidade de Elaboração Tópica exibe um grau de relevância maior que as outras duas na construção da carta. Esse estatuto pode ser notado, primeiramente, pelo fato de essa unidade ser obrigatória, enquanto as outras duas mostram-se opcionais, havendo, inclusive, cartas que contêm unicamente a Elaboração. Ademais, a condição de maior relevância dessa unidade decorre da própria relação entre ela e as outras duas. A Contextualização seria uma unidade construída a serviço da Elaboração, usada como uma preparação para esta última, pressupondo-a. Na mesma direção, a Expansão seria uma unidade extra, que adiciona desenvolvimento tópico à Elaboração e que, assim, também assume sua presença na carta.

Para além da possibilidade de distinção entre essas três unidades por conta de seus diferentes estatutos propriamente tópicos, pudemos identificar, em nossa pesquisa, outras particularidades linguísticas que as caracterizem e as separem umas das outras. Na seção seguinte, explicamos essa constatação.

2.3.2 Mecanismo de distinção entre unidades de organização intratópica

Na seção anterior, descrevemos o que consideramos ser uma regra geral de organização intratópica nas cartas de redatores. Tal regra envolve as unidades de Contextualização, Elaboração e Expansão Tópica, as quais constituem fases do desenvolvimento do tópico da carta. Na presente seção, descrevemos traços linguísticos que contribuem para caracterizar essas unidades e as diferenciar entre si.

Conforme procuramos mostrar na seção anterior, a unidade de Elaboração se particulariza em relação às outras duas por expressar uma interlocução mais direta com os leitores. Nessa unidade, que seria a parte nuclear da carta, dirige-se algum tipo de mensagem aos leitores, enquanto, na Contextualização, apresenta-se informação de fundo necessária à veiculação da mensagem e, na Expansão, discute-se a mensagem.

Esse aspecto de interlocução mais direta com os leitores (ou seja, o foco no interlocutor) em uma parte da carta (Elaboração) e a conseqüente diferenciação entre essa e outras partes (Contextualização e Expansão) parecem decorrer, em grande medida, de uma oposição, instaurada na carta, em termos dos tipos de atos de fala usados (assertivos, diretivos, compromissivos e expressivos) e/ou do emprego ou não de verbos performativos.

A esse respeito, podem ser reconhecidos quatro tipos de distinção entre as unidades intratópicas:

- Tipo A: Elaboração é constituída por atos diretivos, compromissivos e/ou expressivos e apresenta verbo performativo explícito, enquanto a Contextualização e a Expansão são constituídas por atos assertivos, sem verbo performativo;
- Tipo B: Elaboração é constituída por atos diretivos, compromissivos e/ou expressivos, enquanto a Contextualização e a Expansão são constituídas por atos assertivos – nenhuma das unidades possui verbo performativo;
- Tipo C: Elaboração, Contextualização e Expansão são constituídas por atos assertivos, porém a Elaboração apresenta verbo performativo, enquanto as outras duas unidades não contêm esse tipo de verbo;

Tipo D: Elaboração, Contextualização e Expansão são constituídas por atos assertivos, e nenhuma das unidades possui verbo performativo.

No primeiro tipo, como indicado, o que diferenciaria unidades na organização intratópica da Carta seria uma oposição entre uma parte da carta (a Elaboração) que seria caracterizada pelo uso de atos de fala diretivos, compromissivos e/ou expressivos e pelo emprego de verbos performativos, enquanto outra(s) parte(s) (Contextualização e/ou Expansão) seria(m) caracterizada(s) pelo emprego de atos de fala assertivos e pela ausência de verbos performativos.

A carta em (40) a seguir, também utilizada acima para ilustração de outras questões, exemplifica esse tipo de carta:

- | | | |
|------|---|-------------|
| (40) | Pedimos aos nossos benignos leitores desculpa de algunmas incorrecções que tem apparecido nesta folha. D’ora em diante haverá todo cuidado em corrigir os artigos que tiverem de ser publicados. | 1
2 |
| | Uma folha diaria, como a nossa, accarreta immenso trabalho em seu começo, e para superal- o escapão muitas imperfeições, que só o habito e o tempo as irá fazendo desaparecer. São Paulo – 1854 – Typographia IMPARCIAL de Marques & Irmão (BARBOSA & LOPES, 2002, Carta 486, Correio Paulistano, 07/07/1854 – grifos nossos). | 3
4
5 |

Nessa carta, as linhas 1 e 2 veiculam um ato expressivo de pedido de desculpas (“Pedimos [...] nesta folha.”) e um ato compromissivo (“D’ora em diante [...] publicados.”) pelo qual o redator se compromete com os leitores a adotar, a partir de então, determinada postura (“todo cuidado em corrigir os artigos que tiverem de ser publicados”). No primeiro ato, a força ilocucionária expressiva é atestada pelo próprio verbo performativo “pedir” (e pela expressão “pedir desculpas”) e, no segundo caso, a força compromissiva pode ser identificada pelo uso de verbo no futuro do presente do indicativo (“haverá”), que, no contexto da carta, sendo pronunciado pelo redator, pode ser interpretado não como a informação de ocorrência de um fato futuro, mas como o *compromisso* do redator com a realização de uma ação futura.

Em contrapartida, o restante da carta veicula atos assertivos, que podem ser identificados como tal, dentre outros fatores, pela possibilidade de reconhecimento do propósito ilocucionário de comprometimento do falante (no caso, o redator) com *a verdade dos conteúdos proposicionais expressos* (por exemplo, com a verdade da afirmação de que uma folha diária acarretaria imenso trabalho em seu começo). Mais especificamente, trata-se de atos por meio dos quais o redator formula *avaliações* sobre incorreções que aparecem no jornal.

A nosso ver, nessa carta, o ato expressivo e o compromisso (linhas 1 e 2), em oposição aos assertivos (linhas 3 a 5), firmam uma interlocução mais direta com os leitores, na medida em que expressam, de forma mais evidente, um relacionamento interpessoal. O ato expressivo manifesta um sentimento do redator em relação a uma questão que afeta os leitores, e o compromissivo estabelece um compromisso do redator para com os leitores. Já os atos assertivos expõem a opinião do redator acerca da matéria em apreço, mas essa opinião, embora não deixe de ser formulado num contexto dialógico, que pressupõe o interlocutor, não envolve mais diretamente o leitor, sendo um uso linguístico mais centrado no próprio conteúdo tópico e menos na relação interacional.

Além da oposição entre os atos expressivo e compromisso, por um lado, *versus* os atos assertivos, por outro, a presença de verbo performativo (*pedir*) numa parte da carta em (40) (linhas 1 e 2) *versus* sua ausência em outra parte (linhas 3 a 5) também reforça, segundo nossa visão, o teor interacional da primeira parte. O verbo performativo explicita e, com isso, destaca a ação linguística realizada pelo enunciado. Conforme assumimos mais adiante, toda ação linguística realizada por um ato de fala (seja ele de qualquer tipo, inclusive assertivo) é uma ação que envolve falante e ouvinte, é uma ação interativa. No caso das cartas de redatores, trata-se de uma ação linguística que o redator direciona aos leitores. Assim, consideramos que o uso de um performativo, ao explicitar e destacar a ação linguística do

enunciado, também contribui para a instauração de uma interlocução mais direta com o leitor, ajudando para a configuração de uma unidade distinta na carta (a Elaboração).

Aqui, estamos considerando que os atos diretivos, compromissivos e expressivos firmam uma interlocução mais direta com o leitor, em oposição aos assertivos, que representariam uma interlocução menos direta. Esse nosso entendimento aplica-se ao contexto particular do uso desses atos nas cartas de redatores em análise, embora pareça-nos que, até mesmo por definição, os diretivos, os compromissivos e os expressivos, por conta de seus respectivos propósitos ilocucionários, estabeleçam, de fato, uma interlocução mais direta com o interlocutor.

Conforme explicado no capítulo 1, os diretivos têm o propósito de levar o ouvinte a realizar uma ação, o que naturalmente significa um envolvimento direto do ouvinte. No caso das cartas de redatores, como se pode notar pelos próprios exemplos aqui discutidos, os atos diretivos normalmente tratam de solicitações que o redator faz aos leitores/assinantes, a respeito de procedimentos relacionados ao funcionamento do jornal.

Os compromissivos, por sua vez, são atos com o propósito de comprometer o falante com alguma linha futura de ação. Não obstante sejam, em princípio, atos voltados ao próprio falante, os compromissivos, a nosso ver, são, ao mesmo tempo, atos por meio dos quais o falante firma um compromisso com o ouvinte, colocando, assim, em foco justamente a relação falante-ouvinte. Nas cartas de redatores, por atos desse tipo, o redator compromete-se a realizar certos procedimentos editoriais para os leitores/assinantes, como publicar determinados tipos de matérias, por exemplo.

Os Expressivos, de modo semelhante aos compromissivos, são atos, em princípio, voltados ao falante, pois têm o propósito de externar seus sentimentos. Porém, muitos atos dessa categoria envolvem a expressão de sentimentos do falante em relação ao ouvinte, o que

é justamente o caso dos expressivos usados nas cartas de redatores, que manifestam pedidos de desculpas, agradecimentos ou congratulações do redator para com os leitores/assinantes.

Já os atos assertivos, por outro lado, não envolvem o interlocutor com a mesma força que os três tipos anteriores de atos. Deve-se admitir que os assertivos também promovem algum efeito no interlocutor. A esse respeito, pode-se lembrar o que postula, por exemplo, Dik (1989), no contexto teórico da Gramática Funcional, para quem o discurso do falante (aí podendo ser incluídos os atos assertivos) visa a promover modificações na informação pragmática do ouvinte. No entanto, os assertivos não requerem uma postura ativa do ouvinte, como os diretivos, não envolvem o ouvinte num acordo social, como fazem os compromissivos, nem se dedicam à codificação do relacionamento interpessoal, como os expressivos. Como estabelece sua definição, os atos assertivos têm o propósito de comprometer o falante com a verdade do conteúdo proposicional, sendo, pois, atos centrados mais no próprio falante.

No caso das cartas de redatores, os assertivos se prestam a veicular informações, comunicados sobre fatos relativos ao jornal ou à sociedade. Trata-se de fatos que o redator considera relevantes para o leitor/assinante, sobre os quais estes podem realizar certas ações, mas os assertivos, em si, não requerem ações dos destinatários.

Desse modo, entendemos que é pertinente considerar que os diretivos, os compromissivos e os expressivos estabelecem um foco maior no interlocutor do que os assertivos, de modo que a oposição entre aqueles três, por um lado, e este último, por outro, pode constituir um traço distintivo entre unidades intratópicas. Também no contexto teórico do funcionalismo, Hengeveld *et al* (2007) fazem uma distinção entre dois grupos de ilocuções, a qual aponta na mesma direção da distinção que fazemos aqui. Em um grupo, os autores reúnem as ilocuções interrogativa e imperativa (que corresponderiam aos atos diretivos), classificando-as como *ilocuções comportamentais*; em outro grupo, os autores

colocam a ilocução declarativa (correspondente aos atos assertivos), tratando essa categoria como *ilocução de conteúdo*. Como se pode notar, trata-se de uma distinção semelhante à nossa oposição entre os atos diretivos, compromissivos e expressivos, por um lado, como atos mais interacionais, e os atos assertivos, por outro lado, como atos menos interacionais.

A respeito desse caráter mais interacional de certos atos e menos interacional de outros, convém esclarecer também que um princípio teórico-metodológico central da Perspectiva Textual-Interativa é justamente um princípio de gradualidade interacional entre fenômenos textuais. Esse princípio é explicitamente assumido e praticado, por exemplo, na sistematização de tipos de parênteses (cf. JUBRAN, 2006), que contempla parênteses que vão daqueles mais textuais àqueles mais interacionais, conforme focalizem a elaboração tópica, o locutor, o interlocutor e o ato comunicativo, nessa ordem. Esse princípio se observa também na sistematização de Marcadores Discursivos (cf. RISSO *et al.*, 2006), que distingue marcadores basicamente textuais, marcadores basicamente interacionais, bem como marcadores intermediários. Nossa distinção aqui entre atos de fala mais e menos interacionais estaria afeita a esse princípio.

Além da oposição entre esses dois grupos de atos, também estamos considerando aqui que a presença de verbo performativo em um enunciado seria um traço mais interacional do que a ausência desse tipo de verbo.

Os verbos performativos são aqueles que designam a ação linguística realizada por um enunciado (especificamente, o ato ilocucionário do enunciado). Uma ação linguística é uma ação que, dentre outros aspectos, relaciona falante e ouvinte (com exceção, talvez, apenas para o caso de expressivos simples, constituídos unicamente por interjeições). Por exemplo, na ação de informar, um falante informa um fato a um ouvinte; a ação de perguntar consiste em alguém perguntar algo a alguém; desculpar-se envolve um locutor que pede desculpas a um interlocutor; na ação de prometer, um falante faz uma promessa a um ouvinte

etc. Essas ações, que se encaixam nas categorias mais gerais de atos ilocucionários (assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos), apresentariam diferentes graus de interação entre os interlocutores, como consideramos logo acima, mas todas elas envolvem a relação intersubjetiva.

Conforme postula a Teoria dos Atos de Fala (cf. capítulo 1 acima), todo enunciado realiza uma ação linguística, especificamente um ato ilocucionário (além dos atos locucionário e perlocucionário). A esse respeito, uma diferença entre enunciados é que um enunciado pode conter um verbo performativo, que explicita qual é a ação linguística realizada (por exemplo *Eu prometo que vou estudar para a prova*), ou pode não apresentar um verbo performativo, ficando implícita a ação linguística realizada (por exemplo *Vou estudar para a prova*) – ou seja, trata-se da diferença entre enunciados performativos explícitos e implícitos (ou primários).

Considerando, então, que a ação linguística é uma ação que relaciona falante e ouvinte, ou seja, é uma ação interacional, intersubjetiva, e considerando que o verbo performativo explicita e, com isso, focaliza a ação linguística, pode-se entender que a presença de um verbo performativo em um enunciado instaura uma interlocução mais direta com o interlocutor do que a ausência do verbo performativo. Em outras palavras, o uso do performativo focaliza a interação. Ou, ainda, pode-se dizer que um enunciado com verbo performativo seria mais interacional do que um sem performativo. Aqui também o princípio da Perspectiva Textual-Interativa da gradiência no teor interacional dos fenômenos textuais se aplica.

Enfim, estamos considerando dois fatores relacionados à Teoria dos Atos de Fala para identificar a distinção entre as unidades intratópicas: o tipo de ato de fala e a presença/ausência de verbo performativo explícito. Ambos os fatores seriam mecanismos que contribuiriam para diferenciar partes da carta em termos de grau de saliência interacional.

Quanto aos tipos de ato, diretivos, expressivos e compromissivos representariam maior teor interacional que os assertivos. Ao mesmo tempo, presença de verbo performativo (em qualquer dos tipos de atos, inclusive nos assertivos) instauraria maior teor interacional que sua ausência. A combinação entre esses dois fatores resultaria em diferentes possibilidades de distinguir unidades intratópicas nas cartas.

O exemplo em (41) a seguir, assim como aquele em (40), ilustra a primeira modalidade de distinção entre unidades intratópicas que pode ser instaurada nas cartas em termos de oposição entre tipos de atos de fala e de presença/ausência de verbo performativo (tipo A):

- | | | |
|------|--|------------------|
| (41) | Aos nossos assignantes Pedimos aos nossos assignantes em atraso o favor de mandar satisfazer a importancia de suas assignaturas podendo-o fazer pelo correio, descontando a importancia do registro. | 1
2
3 |
| | Ninguem ignora que a condição da assignatura é PAGAMENTO ADIANTADO, e não é portanto de estranhar-se este nosso pedido visto que sem o concurso de nossos amigos impossível é sustentar-se uma empresa jornalística. Esperamos com a maior brevidade a solução de tão justo pedido. | 4
5
6
7 |

Nesse caso, nas linhas de 1 a 3, verifica-se um ato diretivo, especificamente um pedido, pelo qual o redator solicita que os assinantes em atraso paguem os valores de suas assinaturas. Além disso, a ação linguística de pedir é explicitada pelo performativo “pedimos”. Já nas linhas de 4 a 7, seguem atos assertivos, sem uso de verbo performativo, pelos quais o redator expõe argumentos que justificam o pedido formulado anteriormente. Como se vê, na primeira parte, pelo ato diretivo, o redator dirige-se ao assinante e lhe solicita um procedimento, solicitação explicitada por meio de um performativo, configurando o que consideramos uma interlocução mais direta com o leitor, enquanto, na segunda parte, o redator não solicita ao leitor um procedimento específico, nem explicita a ação linguística por um performativo, caracterizando uma interlocução menos direta com o leitor.

O segundo tipo de oposição que pode ser instaurada nas cartas em termos dos tipos de atos de fala usados e/ou do emprego ou não de verbos performativos (tipo B) consiste na oposição entre o uso de atos de fala diretivos, compromissivos e/ou expressivos, por um lado, caracterizando a *Elaboração*, *versus* o emprego de atos de fala assertivos, por outro lado, caracterizando a *Contextualização* e a *Expansão*. Trata-se de um esquema semelhante ao primeiro (tipo A), porém sem o uso de performativos na *Elaboração*, isto é, a distinção entre *Elaboração*, por um lado, e *Contextualização* e *Expansão*, por outro, fica a cargo apenas de oposição entre tipos de atos de fala, sem oposição envolvendo presença *versus* ausência de verbo performativo.

Esse tipo de esquema é pouco frequente, mas é também uma situação que é identificada nos dados e que se diferencia do primeiro tipo (pela ausência do performativo). O exemplo em (42) ilustra esse tipo, que, no caso, é constituído por *Contextualização* (linhas 1-4) e *Elaboração* (linha 5):

- | | | |
|------|--|------------------|
| (42) | Acolhemos com toda benignidade a declaração do Senhor Doutor Brotero. Reconhecemos em Sua Senhoria um dos caracteres nobres de nossa provincia, não tivemos mira de offendel-o. O que avançamos foi consequencia da necessidade de sustentar as preposições encorporadas em nosso artigo, que o “Ypiranga” quiz refutar. | 1
2
3
4 |
| | Oppurtunamente responderemos ao Senhor Doutor Brotero. A redacção. | 5 |

O trecho nas linhas de 1 a 4 é constituído de enunciados assertivos, que podem ser entendidos, em termos mais específicos, como informativos (predominantemente) e avaliativos. Nessa parte da carta, o redator informa certos fatos (informe do acolhimento da declaração de um dado sujeito, informe da razão de certos escritos do jornal etc.), incluindo também a avaliação de elementos desses fatos (como a avaliação do caráter do referido sujeito). O estatuto assertivo dos atos nesse trecho se evidencia na medida em que se pode notar claramente o propósito ilocucionário do comprometimento do falante com a verdade das afirmações. Já na sequência, a linha 5 veicula um ato compromissivo, pelo qual o redator

compromete-se, junto aos leitores, que oportunamente responderá ao sujeito em questão. O estatuto compromissivo do enunciado pode ser identificado pelo verbo no futuro do presente, que, no contexto da carta, pode ser interpretado como firmando um compromisso do redator com uma linha futura de ação.

A nosso ver, os atos assertivos do primeiro trecho contribuem para a exposição de uma dada situação, sobre a qual o redator, na sequência, dirige-se ao público de forma um pouco mais direta, pelo ato compromissivo. Ou seja, a oposição entre os atos assertivos e o compromissivo contribuiriam para a instauração das unidades de Contextualização e Elaboração, respectivamente.

Também a carta em (36), repetida abaixo em (43), ilustra esse tipo de distinção entre as unidades intratópicas:

- | | | |
|------|---|-------------|
| (43) | Tem feito bastante bulha no Rio de Janeiro o chamamento da Astréa a Jurados, por causa da correspondencia assignada = Espreitor = que nós transcrevemos innocentissimamente em nossa Folha, julgando-a, como ainda a julgamos innocentissima. | 1
2
3 |
| | No proximo seguinte <i>Número</i> seremos mais extensos sobre este objecto de muito publico, muito geral, e muito transcendente interesse. O Redactor. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 419, Farol Paulistano, 15/12/1827). | 4
5 |

Como explicado na seção anterior, essa carta apresenta uma parte inicial (linhas 1 a 3) que expõe (relata) um determinado estado de coisas, sobre o qual o redator, numa segunda parte (linhas 4 e 5), dirige-se aos leitores, instaurando, respectivamente, as unidades de Contextualização e Elaboração. Pode-se notar que a primeira parte é constituída por um ato assertivo (é possível notar nesse trecho que, como propósito ilocucionário, o redator compromete-se com a verdade do conteúdo proposicional). Já a segunda parte constitui um ato compromissivo (visto que aí o redator compromete-se com uma linha futura de ação); nessa segunda parte, a diferença em relação à primeira atém-se aos tipos de atos de fala, não havendo diferença em termos de presença/ausência de verbo performativo.

Uma terceira possibilidade de distinção entre unidades intratópicas (tipo C), inversa ao segundo tipo que acabamos de explicar, consiste na oposição entre unidades por meio da presença/ausência de verbo performativo, sem distinção em termos dos tipos de atos de fala usados. Nesse caso, as diferentes unidades são formadas apenas por atos de fala assertivos, havendo a presença de verbo performativo em uma parte, contribuindo para instauração da unidade de Elaboração, *versus* ausência de performativo em outra(s) parte(s), que se caracterizaria(m) como Expansão e/ou Contextualização. A carta em (44) é representativa dessa modalidade:

- (44) Temos a mais viva satisfação em participar a todos os Paulistas (com quem desde já nos 1
congratulamos) que em o Número 37 do Diario Fluminense se lê, que na 77 Sessão Ordinaria da 2
Camara dos Senhores Deputados foi presente um officio do Senhor Secretario do Senado 3
communicando ter Sua Majestade O Imperador sancionado o Decreto da Assembléa Geral sobre a 4
Creação de dous Cursos Juridicos. || 5
- Na verdade semelhante Decreto é de uma utilidade transcendente, e de tam exuberantes vantagens 6
para todo o Imperio, e com especialidade para a Provincia de São Paulo, que ao ponto de ler o 7
dicto artigo nosso Coração pulou de jubilo, e na mais pura eflusão de reconhecimento dirigimos 8
votos á Providencia pela Conservação da Augustissima Representação Nacional, assim como do 9
Incomparvel Monarcha, que cada vez mais se Digna Apresentar aos seos subditos provas 10
incontestaveis do incansavel disvelo, que o anima a prol da prosperidade d'este vastissimo 11
Imperio. Oxalá com a maior brevidade sejam expedidas pelo Ministerio as necessarias ordens para 12
o principio de tão profícuo estabelecimento. || O Redactor. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 414, 13
Correio Paulistano, 07/09/1827).

Pode-se notar nessa carta, numa primeira parte (linhas 1 a 5), um ato assertivo e, numa segunda parte (linhas 6 a 13), a predominância de atos também assertivos. O estatuto assertivo de todos esses atos pode ser atestado, dentre outros fatores, pela pertinência de se reconhecer um propósito ilocucionário de comprometimento do falante com a verdade dos conteúdos proposicionais aí em pauta. No ato da primeira parte, encontra-se o verbo performativo *participar* (empregado no sentido de *comunicar*), enquanto, nos atos da segunda parte, não se verifica emprego desse tipo de verbo.

Nesse terceiro tipo de carta, seria, então, a presença do verbo performativo que conferiria a uma parte da carta uma interlocução mais direta com o leitor (isto é, um maior

grau de interação com o leitor), o que decorreria, como consideramos acima, do fato de o performativo explicitar e, com isso, destacar a ação linguística realizada no enunciado.

Aqui cabe inserir uma observação a respeito da natureza das unidades intratópicas. Quando nos referimos aos os tipos A, B, C e D de cartas, consideramos que as unidades intratópicas não se caracterizam sempre pelo uso exclusivo de um determinado tipo de ato de fala, mas que, por vezes, caracterizam-se pela predominância de determinado tipo de ato. No caso da carta em (44), na unidade de Expansão, não há apenas atos assertivos, havendo também um ato expressivo (“Oxalá [...] estabelecimento.”). De todo modo, apesar da presença desse Expressivo, predominam os assertivos, tanto em termos quantitativos, quanto em termos de relevância na estruturação da carta. Assim, entendemos que a presença desse expressivo não chega a comprometer a análise dessa carta como instanciando o tipo C.

Além disso, no caso particular dessa carta em (44), convém notar que o expressivo não envolve um sentimento do redator para com os leitores, diferentemente do que ocorre em expressivos de pedido de desculpas ou de agradecimentos. Estes últimos caracterizariam uma unidade de Elaboração. Mas o expressivo da carta em (44) expressa um sentimento mais centrado no próprio falante (redator), o que torna mais plausível sua ocorrência dentro de uma unidade de Expansão.

Finalmente, um quarto tipo de oposição entre partes da carta (tipo D) seria uma oposição entre tipos particulares de atos assertivos. Nesse caso, não há diferenças, no interior da carta, em termos do emprego de tipos gerais de atos ilocucionários (assertivos, diretivos, compromissivos e expressivos), nem diferença em termos de presença/ausência de verbo performativo. Na carta toda são usados apenas atos assertivos e, em nenhum momento, há verbo performativo.

A oposição que se pode reconhecer seria entre uma parte da carta em que há (predominantemente) atos assertivos com propósitos mais específicos como comunicar,

informar, relatar e expor, que caracterizariam a unidade de Elaboração, *versus* outra parte em que há (predominantemente) atos assertivos com propósitos mais específicos como avaliar, opinar, argumentar e concluir, que caracterizariam a unidade de Expansão – de acordo com nosso entendimento e com nossas análises, esse modo de distinção entre unidades intratópicas distinguiria apenas as unidades de Elaboração e Expansão, não sendo apropriado para distinguir também a unidade de Contextualização.

A carta em (45) exemplifica esse quarto tipo:

(45)	Encetamos hoje a publicação do admirável romance OS REIS NO EXILIO, de Alphonse Daudet, o glorioso artista de “Sapho”.	1 2
	Estamos certos de que os leitores hão de apreciar devéras a magnífica obra de um dos mais laureados escriptores deste seculo. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 546, A Noite, 18/07/1899).	3 4

Nessa carta, tanto o enunciado nas linhas 1 e 2, quanto aquele nas linhas 3 e 4 são assertivos – trata-se de enunciados que comprometem o redator com a verdade de seus respectivos conteúdos proposicionais e que expressam a crença do redator nesses conteúdos. Além disso, em nenhum deles há verbos performativos.

A diferença que parece ser instaurada entre as duas partes é que a primeira tem um caráter predominantemente informativo, enquanto a segunda, um caráter principalmente avaliativo. É verdade que o primeiro enunciado contém adjetivos, que qualificam partes do enunciado: “admirável romance” e “glorioso artista”. Todavia, parece-nos que a função principal desse enunciado seria informar o início da publicação do referido romance, por conta da natureza informativa do verbo (sintaticamente) principal do enunciado (“encetamos”), bem como do fornecimento de outras informações relativas à publicação: data (“hoje”), objeto de publicação (“romance ‘Os reis no exílio’”), autor do romance (“Alphonse Daudet”, “artista de ‘Sapho’”).

Por outro lado, o enunciado seguinte já seria predominantemente avaliativo, na medida em que se estrutura na construção avaliativa “estamos certos de que”, que funciona como uma construção modalizadora epistêmica (semelhante a “acreditamos que”, “em nossa opinião”), na hipótese acerca da receptividade por parte dos leitores quanto à publicação (“os leitores hão de apreciar”) e na adjetivação de partes do enunciado (“a magnífica obra”, “um dos mais laureados escriptores deste seculo”).

É, então, nesse sentido que entendemos o tipo D de carta, ou seja, a distinção entre unidades intratópicas com base na oposição entre atos assertivos predominantemente informativos *versus* assertivos predominantemente avaliativos. Também a carta em (45) é representativa dessa modalidade:

- (45) Em desempenho da promessa que fizemos em o suplemento ao número 50 da nossa folha publicamos as seguintes listas dos *Senhores* nossos Compatriotas que voluntariamente e com ardôr concorrerão para a utilissima obra do dessecamento da varzea do Carmo. 1
2
3
- Pelo que toca ao resultado dos trabalhos que com ella se despenderão, não nôs cumpre ajunctar 4
coisa alguma á evidencia que decorre d’um simples golpe de vista que se lance sobre a mesma 5
varzea. || Nem por isso com tudo nôs constituímos garantes de sua estabilidade, pois uma obra que 6
segundo o juizo dos entendidos na materia, fôra avaliada em uma somma consideravel de contos 7
de réis, não podia ser elevada a um ponto de perfeição com tão pouco dispendio de tempo, de 8
braços, e dinheiro. Seja o que fôr, ninguem poderá roubar ao digno e honrado cidadão, que a 9
empreendeu, a gloria não só do que fez, mas tambem de ter mostrado a possibilidade de se 10
conseguirem mais sólidos resultados, uma vez que o Govêrno intervenha com soccorros 11
subministrados pela Fazenda-Publica. De resto, nós sempre faremos mór aprêço d’aquelles de 12
nossos Concidadãos; que sem attenção á chuva, ao sol, e a todos os incommodos pessoaes, se 13
sacrificão ao bem público; do que outros que passão a vida a censurar e ridicularizar as mais uteis 14
empresas, pretexto mui bom para s’esquivarem a quaesquer exigencias de dinheiros ou serviços 15
pessoaes. || O Redactor. (BARBOSA; LOPES, 2002, Carta 422, Correio Paulistano, 19/12/1827). 16

A carta em (45), também constituída apenas por atos assertivos, sem verbos performativos, apresenta uma primeira parte (linhas de 1 a 3) com um enunciado informativo, pelo qual o redator informa aos leitores que o jornal está publicando uma lista de concorrentes a determinada obra. Depois disso, segue um conjunto maior de enunciados essencialmente avaliativos (linhas de 4 a 16), em que o redator discute e argumenta a respeito da obra em questão. Trata-se, pois, também de um exemplo em que se pode distinguir duas unidades na

estruturação da carta – Elaboração e Expansão – com base na oposição entre atos assertivos informativos *versus* atos assertivos avaliativos.

Em síntese, nesta seção, procuramos mostrar que parece existir um mecanismo que distingue as unidades intratópicas das cartas de redatores, o qual se baseia na distinção de unidades mediante o uso de diferentes tipos de atos de fala em diferentes unidades e mediante a presença/ausência de verbos performativos nas unidades. A identificação desse mecanismo aponta para o caráter sistemático do processo de estruturação interna de SegTs mínimos e serve também, metodologicamente, como um critério para a análise de cartas de redatores oitocentistas, podendo servir, inclusive, como modelo para se pensar também a organização intratópica de outros gêneros textuais.

Na seção seguinte, esboçamos algumas considerações a respeito das cartas de redatores, tendo em vista os quatro tipos de carta que identificamos acima, focalizando a apreensão de uma hipótese acerca da evolução diacrônica de cartas de redatores em editoriais.

2.4 Hipótese sobre a diacronia de cartas de redatores

Observando os quatro tipos de carta diferenciados na seção anterior, é possível considerar que eles se distinguem entre si de modo gradual, no decorrer de um contínuo, que iria de cartas em que a Elaboração representa uma interlocução mais direta com o leitor (tipo A), passando por cartas em que a Elaboração exibiria uma interlocução menos direta (tipos B e C), até cartas nas quais a Elaboração manifesta uma interlocução ainda menos direta com o leitor (tipo D).

Como mostramos acima, na primeira modalidade de carta, a diferença entre a Elaboração e as outras partes decorre de distinção em termos de tipos de atos de fala e

também em termos de presença/ausência de verbo performativo. Já na segunda e na terceira modalidade de carta, a diferença entre unidades envolve apenas um desses dois traços. A quarta modalidade, por sua vez, não envolve nenhum desses dois traços, sendo todas as unidades intratópicas constituídas por um mesmo tipo básico de ato ilocucionário (assertivo).

No primeiro tipo de carta, a presença dos dois traços distintivos (tendo em vista o caráter interacional desses traços, acima apontado) atribuiria à Elaboração desse tipo de carta uma interlocução mais direta com o leitor, um grau interacional mais acentuado. Já na segunda e na terceira modalidade de carta, a Elaboração, por apresentar apenas um desses traços distintivos, manifestaria uma interlocução um pouco menos direta com o leitor. Por fim, o quarto tipo de carta, que não teria nenhum desses traços interacionais caracterizando a Elaboração, seria o tipo de carta em que essa unidade apresentaria a interlocução menos direta com o leitor, o menor grau de relacionamento interacional entre os interlocutores.

Acreditamos que a disposição dos tipos de cartas ao longo desse contínuo seria, então, uma alternativa pertinente de entender e sistematizar as diferenças entre as cartas aqui em estudo, levando em conta o grau de interação que elas firmam entre os interlocutores. O reconhecimento desse contínuo permite ainda esboçar algumas hipóteses a respeito da própria caracterização das cartas de redatores, da diferença entre esse e outros gêneros textuais e, enfim, da evolução diacrônica desse gênero.

As cartas do tipo A, que se situam em um dos extremos do contínuo, ao manifestarem uma interlocução mais direta com o leitor, caracterizam-se por um teor mais interpelativo. Ao longo do contínuo, em direção ao extremo do tipo D, as cartas vão manifestando um caráter cada vez menos interpelativo e mais argumentativo, o que se pode considerar pelo fato de as cartas do tipo D “perderem” os traços interativos (atos diretivos, compromissivos e expressivos, bem como verbos performativos), constituindo-se apenas (ou

predominantemente) por atos assertivos, incluindo uma parte da carta com atos especificamente avaliativos.

Assim, as cartas do tipo A poderiam ser pensadas como sendo *cartas de redatores prototípicas*, entendidas como cartas pelas quais o jornal/redator tem como finalidade principal dirigir algum tipo de mensagem aos leitores/assinantes. No decorrer do contínuo, em direção ao tipo D, as cartas passariam progressivamente a se aproximar de gêneros mais essencialmente argumentativos, como o editorial de jornal. Com efeito, as cartas do tipo D, ao envolverem atos assertivos expositivos e avaliativos, têm uma estruturação que, embora mais simples, assemelha-se à estruturação de editoriais, caracterizada justamente pela avaliação de fatos, normalmente acompanhada pela exposição prévia desses fatos (cf. GARCIA, 2017).

Nesse sentido, o contínuo aqui esboçado permite aventar hipóteses sobre a evolução diacrônica dos gêneros carta de redator e editorial. Como mostramos na seção 1.4 acima, Silva (2011) defende que o gênero editorial de jornal teria sido o resultado de uma evolução de um conjunto de gêneros, sobretudo de cartas de redator, hipótese condizente com nosso contínuo, que poderia indicar, em alguma medida, o percurso diacrônico da evolução de um gênero ao outro.

Com efeito, alguns autores, como Gomes (2007), consideram que a imprensa jornalística brasileira, no transcorrer do século XIX ao XX, teria passado por um processo de profissionalização, por uma transição de um estatuto mais pessoal e subjetivo para um estatuto mais coletivo, impessoal e objetivo. A esse respeito, a possível transição da produção de cartas de redatores mais interpelativas para a produção de cartas mais argumentativas seria uma mudança plenamente condizente com essa transformação que a imprensa jornalística teria experimentado.

Também Silva (2011) faz apontamentos nessa direção. Com base em Gomes (2007), ela reconhece três fases estilísticas na imprensa jornalística no Brasil: a político-panfletária, a

literário-independente e a telegráfico-informativa.

A tendência político-panfletária refletiria uma fase que retrata o início do jornalismo e de uma mutação política no Brasil, em meio a um elevado grau de analfabetismo. Os discursos eram ora áulicos e pomposos, ora pasquineiros, com injúrias e grosserias que entremeavam uma prosa extremamente clássica e beletrista. A autora refere-se a essa fase como sendo marcada por intensas polêmicas pessoais e violência física e verbal. O estilo político-panfletário teria predominado no início da imprensa e seus discursos teriam como característica serem inflamados e a linguagem era usada com veemência. A escrita, nessa fase, apresentava uma linguagem vibrante expressa por vocativos, imperativos, repetições, interjeição, um forte subjetivismo, adjetivações e pontuação enfática.

A tendência literário-independente teria surgido na segunda metade do século XIX, no momento em que a sociedade civil teria começado a se organizar intelectual e culturalmente e os níveis de alfabetização teriam começado a aumentar. Segundo Silva (2011), essa tendência tinha como parâmetro a conquista do público leitor por meio de temáticas culturais e científicas, sendo tratada pela autora como uma época da conjunção entre os homens das letras e a imprensa, e as notícias do exterior ainda dependiam dos vapores e das cartas. Os acontecimentos locais, como corridas de cavalos e saraus eram espalhados em folhetins, que também propagavam romances, como os de José de Alencar no Diário do Rio de Janeiro: O Guarani, em 1857, e a Viuvinha, em 1860. As crônicas também eram frequentes e sinalizavam o jornalismo cultural e nessa fase o jornalismo noticioso superou o panfletário, o que a caracterizou uma transição para a tendência telegráfico-informativa.

Na fase telegráfico-informativa, o serviço telegráfico tornou-se a base das seções noticiosas, e a informação objetiva, que atenderia às necessidades do leitor moderno, superou a opinião. Como aponta Silva (2011), teria ocorrido uma despolitização do jornal, com a

redução do espaço para os artigos políticos. De acordo com Silva (2011), os jornais passaram por uma modernização tecnológica, gráfica e editorial, influenciada pelo telégrafo, pelo rádio e pela televisão, que teve início no final do século XIX e se estendeu até os dias atuais, com a influência da Internet. Nessa fase, seria notória a passagem do estilo detalhista literário para o estilo simplista, telegrafês; a passagem do jornalismo de crônica para o jornalismo de reportagem; a passagem de uma imprensa romântica para uma imprensa mercadológica; enfim, uma passagem para a funcionalidade, com a inserção do *lead* (resumo que inicia a notícia) e do *copy-desk*¹² (redator encarregado de acabar com a literalice), ambos vindos dos Estados Unidos.

Nossa hipótese seria a de que poderia ter havido um possível percurso histórico de cartas do tipo A a cartas do tipo D que teria acompanhado, de certa forma, a sucessão dessas três fases do estilo jornalístico. Oliveira (2016), analisando a diacronia de cartas de leitores de jornais paulistas, no recorte compreendido entre o século XIX e o século XXI, faz constatações que apontam na mesma direção da hipótese aqui em pauta. Segundo a autora, no século XIX, as cartas de leitores são cartas predominantemente de denúncia de problemas pessoais dos leitores e de reivindicação de soluções específicas para esses problemas. Já no século XXI, predominam, quase que exclusivamente em seu *corpus*, cartas de leitores que abordam temas de interesse coletivo da sociedade, as quais apresentam a exposição da opinião dos leitores sobre esses temas. O que se verifica, portanto, nas cartas de leitores, é um percurso muito parecido com o que cogitamos para as cartas de redatores, de passagem de cartas de leitores de natureza fortemente interpelativa para cartas de natureza essencialmente argumentativa.

É claro que as hipóteses aqui formuladas, sobretudo a respeito da diacronia dos gêneros, requerem um estudo muito mais aprofundado do que o presente, o que ultrapassa os

limites definidos para nosso trabalho. De todo modo, nossos dados parecem permitir a sugestão de que se trata de hipóteses pertinentes para possíveis pesquisas futuras.

CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação de mestrado foi analisar a organização tópica de cartas de redatores de jornais paulistas do século XIX, incluindo análise da organização inter e intratópica. Conforme se pode ver ao longo do trabalho, pudemos cumprir esse objetivo por completo.

No nível a organização intertópica, apuramos que o gênero em pauta se caracteriza pela propriedade da unicidade intertópica, isto é, em geral, cada carta de redator desenvolve um único tópico discursivo, apresentando, assim, um único SegT mínimo, não configurando uma estrutura de complexidade intertópica. Como apontamos, seria um aspecto da organização tópica vinculado a uma finalidade sociocomunicativa de circunscrever a carta de redator ao tratamento direto, pontual, de uma única questão, sem a abordagem de uma rede maior e mais intrincada de relações temáticas, diferentemente, por exemplo, do que se verifica em um editorial de jornal, normalmente caracterizado pela complexidade intertópica.

No nível da organização intratópica, nossa análise evidencia que as cartas de redatores seguem uma regra geral, ou seja, a organização intratópica da grande maioria dos SegTs mínimos desse gênero é norteada por um mesmo princípio básico de organização. Conforme sistematizamos, essa regra prediz a construção dos SegTs mínimos mediante a construção de uma unidade de Elaboração Tópica (na qual o redator dirige uma mensagem aos leitores/assinantes), a qual pode ser antecedida por uma unidade de Contextualização Tópica (que introduz o tópico da carta) e/ou seguida por uma unidade de Expansão Tópica (em que se discute a mensagem dirigida aos leitores/assinantes). Trata-se de três unidades que representam fases diferentes da construção do tópico discursivo nas cartas.

Ainda quanto à organização intratópica, identificamos, em nosso trabalho, a existência de um mecanismo utilizado nas cartas para diferenciar unidades intratópicas entre si. Conforme procuramos descrever, esse mecanismo envolve a distinção de unidades por meio do uso de diferentes tipos de atos de fala em diferentes unidades. Adicionalmente, ou alternativamente, as unidades podem se diferenciar umas das outras em termos da presença/ausência de verbos performativos.

Diante desses resultados, acreditamos que nosso trabalho tenha cumprido com seus objetivos específicos de descrição da organização tópica e também com um propósito mais amplo de contribuir para estudos sobre a história do português paulista. A descrição que pudemos expor aqui deve oferecer condições para que as cartas de redatores do século XIX possam ser detalhadamente comparadas com materiais de outras sincronias, seja no âmbito de desdobramentos do Projeto Caipira, seja no contexto de outros projetos relacionados à história do português.

Além da contribuição para o estudo da história do português, nosso trabalho, ao proporcionar dados para a investigação diacrônica da organização tópica, contribui para o possível desenvolvimento da pesquisa sobre a diacronia de processos de construção textual, bem como para a avaliação da pertinência teórica e da viabilidade metodológica desse tipo de pesquisa. O estudo diacrônico de processos de construção textual, sobretudo considerando os processos reconhecidos pela Perspectiva Textual-Interativa, constitui um tipo de pesquisa totalmente novo, inaugurado no interior do Projeto Caipira. Nesse projeto maior, foram sistematizados alguns princípios teórico-metodológicos básicos para esse tipo de pesquisa, aplicados pelas pesquisas integrantes do projeto. Porém, ainda há um longo caminho para testagem, aprimoramento e ampliação desses princípios, tarefas para as quais trabalhos como o que desenvolvemos certamente podem ser muito significativos.

Além da contribuição para com a área de estudos diacrônicos, nosso trabalho também colabora com a avaliação da hipótese da sistematicidade do processo de organização intratópica. Ao identificar uma regra geral de organização intratópica nas cartas de redatores oitocentistas, nosso trabalho aponta, juntamente com outros estudos, na direção da confirmação da ideia de que o SegT mínimo seria, de fato, uma unidade linguística, de natureza textual, que é sistemática, passível de descrição em termos de regras gerais. O trabalho, assim, ratifica que seria possível e pertinente a continuidade da condução de um corpo de pesquisas, com diferentes gêneros textuais, para descrição de regras gerais de organização intratópica.

Nossa dissertação representa também uma iniciativa nova, ao promover uma associação, a nosso ver bastante bem-sucedida, entre a PTI e a Teoria dos Atos de Fala. Pode-se considerar que esse tipo de integração estaria já teoricamente previsto nos próprios fundamentos da PTI, que tem a Pragmática como um de seus pilares. Porém, o casamento específico entre conceitos da Teoria dos Atos do Ato e análise tópica ainda não havia sido pensado ou executado em trabalhos anteriores. Entendemos que nosso trabalho mostra a possibilidade de que esse tipo de casamento possa ser muito produtivo, podendo ser adotado para outros trabalhos, seja na análise da Organização Tópica, seja no estudo de outros processos de construção textual.

Reconhecemos que nossa dissertação deixou de desenvolver algumas questões que carecem de aprofundamento, o que decorreu da necessidade natural de delimitação do trabalho para ajuste ao tempo da pesquisa de mestrado. Porém, preferimos ver esses pontos não como lacunas, mas como possibilidades de continuação da pesquisa. Entre esses pontos, podemos citar que, em nosso estudo, seja na organização inter, seja na intratópica, focalizamos apenas as cartas que se encaixaram nos padrões gerais identificados. Não analisamos aqui as demais cartas, que certamente constituem um material muito útil e

produtivo de investigação. As cartas “desviantes” do padrão podem ajudar a entender melhor o próprio padrão aqui descrito, o gênero em pauta, bem como as diferenças e semelhanças entre esse e outros gêneros textuais. Consideramos que a análise desse material pode ser uma boa alternativa para a continuação de nossa pesquisa.

Além dessa possibilidade, acreditamos que uma forma relevante para prosseguimento do trabalho seria investigar a hipótese que formulamos a respeito da evolução de cartas de redatores para editoriais. Essa investigação envolveria avaliar os quatro tipos de cartas que distinguimos (com base nos tipos de atos de fato e na presença/ausência de verbos performativos) e o contínuo que reconhecemos entre eles. A ideia seria verificar, no próprio *corpus* estudado e em outros, se seria possível identificar períodos históricos em que predominavam alguns desses tipos. Tratar-se-ia, por exemplo, de levantar se, em períodos mais antigos, haveria mais cartas do tipo A do que dos demais tipos e se a frequência de cartas do tipo A iria diminuindo ao longo do tempo, em benefício do aumento de cartas dos demais tipos, sobretudo do tipo D. Constatações dessa natureza seriam muito reveladoras sobre a evolução diacrônica desse gênero e de outros a ele relacionados.

Enfim, consideramos que o trabalho propicia possibilidades para a continuação de pesquisas, o que certamente é uma característica importante de uma dissertação de mestrado. Esperamos que, de fato, este estudo possa ajudar a elucidar questões sobre cartas de redatores, sobre processos textuais, sobre diacronia etc. e que possa também oferecer ideias para o desenvolvimento de projetos por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BARBOSA, A. G.; LOPES, C. R. S. (Orgs.). *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do séc. XIX: cartas de leitores*. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas; FAPERJ, 2002.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. U. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.
- DIK, S. *The theory of Functional Grammar: the structure of the clause*. Dordrecht-Holland, Providence RI-USA: Foris Publication, 1989.
- GARCIA, A. G. Estudo do processo de organização tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI. Texto para exame de qualificação de dissertação de mestrado. São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista, 2016.
- GOMES, V. S. G. *Traços de mudança e permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. 313f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- GUERRA, A. R. *Unidades textuais em cartas de leitores de jornais paulistas do século XIX*. Texto apresentado para Qualificação Especial de Doutorado. UNESP, São José do Rio Preto, 2016.
- GUERRA, A. R.; PENHAVEL, E. O processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XIX. *Revista Confluência*, n. 37-38, p. 137-161, 2010.
- HEINEMANN, W.; VIEHWEGER, D. *Textlinguistik: eine Einführung*. Tübingen: Niemeyer, 1991.
- HENGEVELD, K.; BECHARA, E. N.; CAMACHO, R. G.; GUERRA, A. R.; OLIVEIRA, T. P.; PENHAVEL, E.; PEZATTI, E. G.; SANTANA, L.; SOUZA, E. R. F.; TEIXEIRA, M. L. S. Basic illocutions in the native languages of Brazil. *Alfa (ILCSE/UNESP)*, v. 51, p. 73-90, 2007.
- JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v. I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 89-132.
- _____. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2007, p.313-327.
- JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no*

Brasil – v. I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization. *Text*, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P., MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (orgs) *Gêneros textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OLIVEIRA, G. A. *Estudo do processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XXI*. 194f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.

PENHAVEL, E. Estudo do processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos Mínimos em diferentes gêneros textuais. Relatório Final de Pesquisa. São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista, 2017.

_____. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 168f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PENHAVEL E; GUERRA, A. R. O processo de Organização Tópica em editoriais oitocentistas do jornal “O Estado de S. Paulo”. *Acta Semiótica et Lingvística*, v.21, p.14-28, 2016.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.

SEARLE, J. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *Expressão e Significado: estudo da teoria dos atos de fala*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, S. S. *O percurso sócio-histórico de uma tradição discursiva: da carta ao editorial*. 274f. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, A. D. Uma análise textual-interativa do processo de estruturação de segmentos tópicos mínimos em mini-sagas narrativas. In: SOUZA, E. R. F. (Org.). *Estudos de descrição funcionalista: objetos e abordagens*. 1ed. München: Lincom-Europa, 2015, v. 1, p. 138-148.

VAN DIJK, T. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2004.

VALLI, M. V. O processo de organização tópica em dissertações escolares: da análise à emergência de uma abordagem para o ensino do gênero. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2017.